



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4th MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 30 - Nº 567 - DE 17 DE JUNHO A 1 DE JULHO DE 2018 - R\$ 4,00

Eis o programa “Ponte para o Futuro” da ditadura civil de Temer

Multinacionais do petróleo tomam conta do pré-sal

Avança a privatização da Petrobras

Aumenta a desnacionalização das terras

Eletrobras na mira do capital financeiro

Dívida pública sangra os recursos do País

Implantam-se a reforma trabalhista e a terceirização

Crescem o desemprego, o subemprego e a miséria

**Somente a classe operária pode derrotar a política
entreguista, de fome e de pobreza da burguesia**

**Retomar a greve geral, que levantou
os explorados contra o governo antinacional
e antipopular de Temer**

**Constituir a frente única anti-imperialista,
sob a direção da classe operária**



**Impulsionar a campanha
pelos 80 anos da IV Internacional**

Viva o internacionalismo proletário!

Somente o proletariado pode derrotar o entreguismo

A crise política que atinge a ditadura civil de Temer não tem obstaculizado a concretização do seu plano de privatização e desnacionalização. Mais um passo foi dado na entrega de campos petrolíferos. Na “4ª Rodada de Partilha de Produção”, as petroleiras arremataram os blocos mais cobiçados do pré-sal. Poderosas multinacionais, como a Exxon e Shell, aproveitaram a ocasião. Pela primeira vez, a Chevron norte-americana colocou os pés e as mãos nas valiosas jazidas de petróleo.

A Petrobras, para não ficar de fora, teve de exercer o seu direito legal de obter 30% das reservas de Uirapuru e Três Marias, na bacia de Santos. Na Dois Irmãos, na bacia de Campos, a empresa nacional ficou com 45%. No campo de Três Marias, a Shell e a Chevron arremataram 70%. Em todos os casos, a maior parte do petróleo passou para o controle do capital imperialista. É bom ressaltar que a Petrobras concorreu inicialmente formando um consórcio com as estrangeiras. Como perdeu, recorreu ao direito legal para não ficar de fora dos blocos à venda.

A 4ª Rodada foi considerada de grande importância, porque os três blocos que mais despertaram interesse foram avaliados como um extenso reservatório petrolífero. A concorrência de 11 petroleiras expôs o aspecto estratégico do pré-sal brasileiro. Não se trata apenas de um vasto recurso natural, que se esgota mundialmente, mas também de baixo risco econômico. A Petrobras descobriu essa fonte extraordinária de riqueza no pré-sal e detalhou as possibilidades de prospecção. Certamente, as petroleiras estiveram presentes nesse processo, uma vez que muitas delas interferem na política petrolífera da empresa brasileira. É compreensível que o bloco Três Marias tenha sido subavaliado pelo governo e muito bem avaliado pela Shell e Chevron. Está aí por que a 4ª Rodada foi a que mais entusiasmou o capital imperialista.

A privatização e a desnacionalização não se limitam às fontes naturais de petróleo. Está prevista uma maior privatização da própria Petrobras. Estava nos cálculos de Pedro Parente a entrega de refinarias ao capital privado. Há pouco tempo, foi fechada uma de suas unidades de fabricação de produtos químicos agroindustriais. Ramo esse completamente controlado pelas multinacionais.

O plano de privatização da Eletrobras vem no mesmo sentido da desnacionalização. Atende aos interesses do capital financeiro, em detrimento dos interesses nacionais. A empresa, por cobrir um terço do território nacional, cumpre um papel particular no desenvolvimento das forças produtivas do País. É certo que a burguesia nacional parasitária e a alta burocracia estatal, manejada pelos grandes partidos, se mostram incapazes de bem utilizar os recursos energéticos. No entanto, esse fato não justifica o desarmamento estratégico do Brasil e o entreguismo. É essa mesma burguesia, que se tornou sócia menor do capital imperialista, que desestatiza em favor do sócio maior.

A estrutura econômica brasileira se constituiu sob a condução das forças econômicas externas. Primeiro, sob a forma do colonialismo. Depois, sob o imperialismo. A organização

fundiária, que esteve na base da economia nacional e de onde se formou a burguesia brasileira, se encontra em um franco processo de desnacionalização. O controle multinacional da agroindústria impõe, inevitavelmente, o acesso à terra por seus capitais e associados. Principalmente, no governo “neoliberal” de Fernando Henrique Cardoso, se deu um grande impulso à privatização e à desnacionalização. Esse caminho continuou aberto. E, agora, serve desbragadamente à ofensiva do imperialismo nas condições da crise mundial.

O imperialismo se utiliza da gigantesca dívida pública, que já não serve à produção e que obstaculiza o seu desenvolvimento. Os defensores da privatização argumentam que o País não tem recursos financeiros, que a Petrobras está endividada e a Eletrobras, quebrada. Essa falácia somente se aplica no caso do País continuar alimentando esse gigantesco polvo parasitário. Há um inquestionável vínculo entre a quebra fiscal do País, em razão da dívida pública, principalmente, e a desnacionalização. É o que assistimos com o plano de privatização dos anos 1990 e, agora, com o de Temer. Não se pode lutar contra esse ataque à economia do País sem responder com as mesmas armas de luta à dívida pública e defesa do controle operário da produção.

A greve dos petroleiros, no final de maio, e a dos eletricitários, na primeira quinzena de junho, poderiam dar um impulso a um movimento proletário anti-imperialista, contra o entreguismo e a desnacionalização. Embora decretadas por tempo determinado, caso tivessem de fato atingido a produção, serviriam de um passo para a greve por tempo indeterminado. Na realidade, a burocracia sindical convocou por tempo determinado (72 horas) precisamente para mostrar a fraqueza do movimento e fechar caminho a uma verdadeira greve.

Pelo lado negativo, no entanto, a greve frustrada demonstrou que somente a classe operária pode levantar as bandeiras contrárias às privatizações. O problema está em que seus sindicatos estão controlados pela burocracia venal e servil. Utilizam-se da caricatura grevista para dar satisfação aos operários e mostrar à burguesia que suas ações são inconsequentes. A influência do PT sobre a CUT e a maioria dos sindicatos é nefasta. Impossibilita ao proletariado se erguer na luta anti-imperialista e em defesa de seus empregos e salários. Obrigatoriamente, as direções sindicais burocratizadas têm de refletir as posições hegemônicas da fração burguesa pró-imperialista.

É preciso que a vanguarda com consciência de classe se empenhe ao máximo para defender as bandeiras contrárias à privatização e à desnacionalização, bem como contrárias ao pagamento da dívida pública. Está colocada a luta pela organização de uma frente única anti-imperialista. Essa via se choca com a parafernália do reformismo e da esquerda centrista de constituir as frentes eleitorais. Por meio da frente única anti-imperialista, a classe operária poderá dirigir o movimento pela derrocada da burguesia nacional e constituição de um governo operário e camponês.

Convocatória das Centrais Por um verdadeiro “Dia Nacional de Luta” classista e combativo

7 de junho de 2018

O Fórum das Centrais marcou 10 de agosto como “Dia Nacional de Luta”. Informa que farão atos e paralisações em todo o País. Os representantes das Centrais – CUT, Força Sindical, UGT, CTB, CSB, Nova Central e Intersindical – aprovaram o que se denominou “Agenda Prioritária da Classe Trabalhadora”, que contém uma “lista de 22 propostas para o desenvolvimento do Brasil”. O documento “*será entregue aos parlamentares e candidatos para as eleições de 2018*”. Esse objetivo, por si só, indica que se trata de uma unidade eleitoreira da burocracia sindical. E o momento escolhido coincide com a inscrição dos candidatos a presidente (15 de agosto).

Eis um dos trechos da “Agenda Prioritária”: “*As eleições de 2018 são uma oportunidade para recolocar o País em outra trajetória de desenvolvimento econômico, social e ambiental. O debate público de ideias e projetos deve subsidiar as escolhas dos eleitores. Os governantes e parlamentares eleitos precisam ter compromissos com transformações que recolorem o País no rumo de desenvolvimento, com incremento da produtividade, aumento da renda do trabalho, geração de emprego de qualidade, fim da miséria e redução da pobreza*”.

Como se vê, não se trata de uma suspeita de nossa parte. Também não se trata de um fato novo. Em outros momentos, as Centrais se uniram com o objetivo de eleger uma bancada parlamentar. Os explorados, portanto, estão diante de uma grande fraude montada em nome da “*classe trabalhadora*”. Caso se mantenha essa orientação, não haverá um verdadeiro “Dia Nacional de Luta”.

A tal da “Agenda Prioritária da Classe Trabalhadora” contém generalidades e aspectos de uma política burguesa. Política essa montada pelos burocratas sindicais para se apresentarem nas eleições e procurarem apoio dos politiquinhos, que se candidatarão e falarão em nome das necessidades do povo, da democracia, da soberania nacional e de outras bandeiras demagogicamente desfraldadas.

A pretensão de utilizar uma lista de pontos, para se apresentarem como demiurgos do “*crescimento e desenvolvimento do País*”, revela a subordinação das diversas frações da burocracia sindical à democracia burguesa. Querem que os explorados elejam candidatos dos partidos que, supostamente, se coloquem de acordo com essa “Agenda”. Como as sete Centrais provavelmente seguirão partidos e candidatos distintos, não puderam indicar nenhum apoio nominal a esta ou aquela candidatura. Limitaram-se à bandeira de “Lula Livre”. Está mais

do que claro que também é demagógico, uma vez que todos sabem que Lula não sairá da cadeia, pelo menos até as eleições e, se sair, seus direitos políticos continuarão cassados.

A CUT, em seu discurso, disse que “*o Brasil está paralisado*” e que “*a classe trabalhadora é quem sofre com todo esse desmonte imposto pelo governo ilegítimo de Michel Temer*”. Ocorre que a Força Sindical e a UGT apoiaram o golpe de Estado que derrubou Dilma Rousseff. O deputado Paulinho da Força foi um dos mais destacados defensores do impeachment. Seu partido, Solidariedade, seguiu à risca o comando da frente burguesa golpista. Além disso, a Força Sindical e a UGT negociaram com Temer a aprovação da reforma trabalhista e da Lei da Terceirização. Essa gente, agora, posa de defensora da “*democracia, soberania e desenvolvimento nacional*”. Juntamente com a CUT, desmontaram o movimento após a greve geral de 28 de abril do ano passado. O que deu fôlego a Temer e permitiu ao Congresso Nacional aprovar tranquilamente a reforma trabalhista.

A pretensão de utilizar uma lista de pontos, para se apresentarem como demiurgos do “crescimento e desenvolvimento do País”, revela a subordinação das diversas frações da burocracia sindical à democracia burguesa. Querem que os explorados elejam candidatos dos partidos que, supostamente, se coloquem de acordo com essa “Agenda”.

Não por acaso, a “Agenda Prioritária” não se coloca pela revogação integral da reforma trabalhista. Diz que pretende revogar os seus “*aspectos negativos*”. Essa foi a posição tomada pela Força e pela UGT, que serviu para interromper o impulso da greve nacional. Os burocratas não conseguiram demover o Congresso Nacional e o governo de manter o imposto sindical. Essa é sua real preocupação. Esse é o principal ponto negativo a que se refere o documento. A bandeira de renovação da política de valorização do salário mínimo repete a farsa petista. Farsa essa que presunha gradativamente e a conta-gotas

e elevar o miserável salário mínimo. Essa é a via burguesa de se contrapor à bandeira histórica da classe operária de salário mínimo vital. O mesmo se passa com o desemprego e o subemprego, que esmagam a família dos explorados. A “Agenda” promete “*criar políticas, programas e ações imediatas*” para enfrentar essa chaga capitalista, responsável pela miséria e fome de milhões. Aqui também se substituem as reivindicações e a política da classe operária para combater as demissões, o desemprego e o subemprego.

A ideia de que “*os governantes e parlamentares eleitos precisam ter compromissos com transformações que recolorem o País no rumo de desenvolvimento*” está contraposta à organização independente dos oprimidos e ao método de luta próprio da classe operária. Os governantes e os parlamentares não podem traçar outra política senão a dos capitalistas. Ao contrário, é

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO – www.pormassas.org**

necessário explicar e alertar os explorados de que, por meio da política governamental e do Congresso Nacional, não virá absolutamente nada a seu favor. Somente pelo duro e inflexível combate à classe capitalista, aos seus partidos e ao Estado, que inclui a democracia burguesa, é possível impor as bandeiras de emprego, salário e direitos.

As Centrais sindicais não se reuniram em seu Fórum para aprovar um programa de reivindicações próprio da classe operária e para organizar um verdadeiro Dia Nacional de Luta. As diversas frações que dividem o movimento operário em inúmeras Centrais estão unidas em torno a uma mesma estratégia. Trata-se da estratégia de defender o capitalismo por meio de promessas, de palavreados e de manobras que cegam os operários e desviam sua revolta para o campo das disputas interburguesas. Essa estratégia comum é que permitiu a aprovação da “Agenda Prioritária”.

A política do proletariado se apoia em uma estratégia própria de classe. Trata-se da luta histórica para destruir o poder da burguesia. O que pressupõe partir das reivindicações mais elementares dos explorados para criar as condições à tomada do poder. Esse objetivo e essa tática são contrários à política de conciliação de classes da burocracia sindical. A subserviência dos burocratas corrompidos leva os sindicatos por eles dirigidos a servirem de canal para a política burguesa, que não se limita aos momentos eleitorais. Diariamente, é negada aos explorados a sua organização independente e sonegadas as reivindicações que de fato os protegem da voracidade dos capitalistas.

A burguesia está obrigada a descarregar sistematicamente as crises econômicas sobre a maioria explorada. Se o governo de plantão não serve, derruba-o e troca-o por outro. Se o Congresso Nacional não mais consegue enganar o povo e este se rebela, a burguesia pode fechá-lo por meio das Forças Armadas. Em 1964, os militares deram o golpe. Em 2016, o Congresso Nacional também deu um golpe. No primeiro caso, se constituiu uma ditadura militar. No segundo, uma ditadura civil. Certamente, a ditadura civil de Temer não teve como debelar a crise política, condicionada pela profunda crise econômica. A implantação da reforma trabalhista e da terceirização, bem como os cortes orçamentários, que atingem os serviços mais essenciais à população, no entanto, constituíram um dos maiores retrocessos nas relações de trabalho.

Depois de toda essa experiência, as Centrais divisionistas e burocratizadas continuam com a cantilena de melhorar as condições de trabalho, emprego e existência dos oprimidos. Depois do desmonte da greve geral de 28 de abril, o chamado ao Dia Nacional para convencer os trabalhadores a votarem nos hipócritas e demagogos da política de “desenvolvimento e

Declaração do Partido Operário Revolucionário

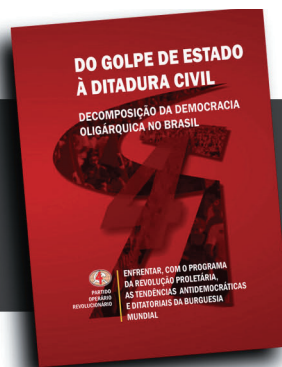
soberania nacionais” é o coroamento da traição às necessidades e interesses da maioria oprimida. Falam em soberania quando o governo Temer entrega o Pré-Sal às multinacionais, quando avança a privatização da Petrobras e quando se está prestes a entregar a Eletrobras. As Centrais deveriam ter se reunido para imediatamente pôr em pé o movimento anti-imperialista, anti-entreguista e de defesa da independência nacional. Falam em política de emprego, quando aceitam as demissões pelo PDV e assinam acordos de flexibilização capitalista do trabalho. Falam em valorização do salário mínimo, quando o Congresso Nacional e a ditadura civil de Temer impuseram 1,81% de reajuste em 2018. Em que condição sobrevive uma família com R\$ 954,00? Na mais absoluta miséria! As Centrais deveriam se reunir para organizar a campanha nacional de luta pelo salário mínimo vital, que segundo os cálculos do Dieese, que assessorou a “Agenda Prioritária”, deveria ser, em maio, de R\$ 3.747,10.

Os explorados não precisam de um Dia Nacional para ser enganados. Precisam de um Dia Nacional para retomar a luta de março e abril de 2017. Os explorados não precisam de uma lista de 22 pontos a serem entregues a candidatos e parlamentares. Precisam de reivindicações claras e objetivas, que defendam suas vidas contra o desemprego, o subemprego, o rebaixamento salarial, a implantação da reforma trabalhista e da Lei da Terceirização.

Operários, camponeses e juventude oprimida, exijamos um verdadeiro Dia Nacional de Luta, que retome a greve geral de 28 de abril do ano passado. Exijamos nossas reivindicações próprias. Que a burguesia pague por sua própria crise. Rechacemos o eleitoralismo. Reorganizemos o movimento nacional contra o governo, os exploradores e o imperialismo saqueador. Pelo salário mínimo vital de R\$ 5.000,00. Reajuste dos salários de acordo com a elevação do custo de vida - escala móvel de reajuste. Emprego a todos, redução da jornada, sem reduzir os salários - escala móvel das horas de trabalho. Pela revogação da reforma trabalhista e da Lei da Terceirização. Pela retirada definitiva da reforma da previdência. Não às privatizações. Reestatização da Petrobras e de todas as estatais privatizadas, sob o controle operário. Não pagamento da dívida pública. Em defesa da economia nacional contra o saque imperialista. Organizar a frente única anti-imperialista.

Operários, camponeses e juventude oprimida, lutemos para acabar com o capitalismo apodrecido. Nossa força se encontra no programa e na estratégia da revolução e ditadura proletárias. Por um governo operário e camponês. Organizemos o Partido Operário Revolucionário, como parte da reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

DO GOLPE DE ESTADO À DITADURA CIVIL — DECOMPOSIÇÃO DA DEMOCRACIA OLIGÁRQUICA NO BRASIL



R\$ 35

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DE MASSAS

Greve da Eletrobras

Derrotar o entreguismo

11 de junho de 2018

O Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE) decidiu convocar uma greve de advertência de 72 horas contra a privatização da Eletrobras. Em seguida, serão realizadas assembleias em todas as suas unidades para decidir por uma greve por tempo indeterminado, a partir de 25 de junho. Mais do que nunca, já é passada a hora de quebrar a ação privatista, impulsionada pelo governo e pelo grande capital. Há algum tempo, a Eletrobras vem sendo empurrada para o precipício da privatização, que leva à desnacionalização. É parte do plano geral de Temer a privatização da Eletrobras, lançado em agosto de 2017. É bom lembrar que Fernando Henrique Cardoso, PSDB, também tentou se desfazer dessa portentosa estatal. Com um patrimônio de 47 hidrelétricas e uma extensa linha de transmissão e distribuição, que correspondem a 30% de toda energia do País, é cobiçado por investidores internos e externos. Nada melhor do que a situação de crise econômica e de alto endividamento do Tesouro Nacional para o Sistema Eletrobras ser arrematado por preço vil.

Para fazer caixa, que servirá ao pagamento de um monstruoso montante de juros e amortizações, o governo entreguista recorre à desestatização. Há poucos dias, foram realizados leilões de postos do Pré-Sal, que passaram ao controle das petroleiras internacionais. O objetivo é o Estado se desfazer da magnífica riqueza estratégica do País. É bom recordar, também, que Fernando Henrique Cardoso, para atender aos interesses dos parasitas que se utilizam da dívida pública, implantou um amplo programa de privatização, que, no final das contas, não resolveu o problema do endividamento e os capitalistas lucraram imensamente com o entreguismo. Os governos do PT alteraram essa rota, mas não a estancaram. De um lado, nada fizeram para desfazer a obra antinacional dos governos da década de 1990. De outro, utilizaram as denominadas concessões para disfarçar a diretriz privatizante.

Essa trajetória expressa as tremendas pressões do imperialismo sobre o Brasil semicolonial e o servilismo da burguesia nacional. Temos retratado, claramente, o entrelaçamento do desenvolvimento histórico do Brasil, submetido às determinações do imperialismo e o atraso econômico relativo de sua economia. A burguesia brasileira, por ter sido incapaz de conquistar a independência nacional e realizar as tarefas democráticas necessárias ao desenvolvimento das forças produtivas (reforma agrária, unidade nacional etc.), não pôde se livrar da dependência colonialista e do capital financeiro. Todo esforço de controlar as forças produtivas internas, despendido desde os anos de 1930, tem sido desfeito pelos planos de desestatização, privatização e desnacionalização. A Nova República abriu um período de transferência de patrimônio nacional ao capital financeiro desconhecido na história anterior do País.

O governo Collor assentou o marco inicial dessa via, Fernando Henrique impulsionou, Lula e Dilma diminuíram seu ritmo e, agora, a ditadura civil de Temer retomou a ofensiva desnacionalizadora. Nota-se a importância e o sentido do golpe de Estado, que derrubou o governo petista. As condições de decomposição da economia brasileira, como reflexo da economia mundial, não mais permitiam qualquer embaraço às privatizações. Não por acaso, o golpe de Estado esteve sob a condução do capital financeiro. É questão de tempo para que a burguesia nacional ceda completamente às exigências dos credores da dívida pública, das multinacionais e das potências. As divergências em torno das privatizações se dão no âmbito das frações oligárquicas, que comandam os estados. Por cima



A greve dos trabalhadores da Eletrobras é um bom sinal. A unidade na luta e a firmeza da greve são as condições para enfrentar as poderosas forças econômicas da burguesia.

delas, no entanto, impera o capital financeiro, que dita o curso da política econômica, em última instância. Os acontecimentos têm mostrado, com cada vez com mais evidência, que somente o proletariado pode quebrar o curso da desnacionalização. As ações particulares dessa ou daquela fração oligárquica da burguesia nacional acabam sempre fracassando, como foi demonstrado no período de Fernando Henrique, em especial.

A greve dos trabalhadores da Eletrobras é um bom sinal. A unidade na luta e a firmeza da greve são as condições para enfrentar as poderosas forças econômicas da burguesia. Não se pode, portanto, seguir o exemplo da orientação da direção sindical dos petroleiros, que usaram a paralisação por tempo determinado para recolher rapidamente o movimento diante dos primeiros ataques do Estado. Um blefe se volta contra os explorados e anima ainda mais o governo a avançar com as privatizações. A greve dos petroleiros poderia ter sido preparada com antecedência e aproveitado a crise política provocada pelo movimento dos caminhoneiros. Logo após o fracasso dos petroleiros, Temer realizou os leilões do Pré-Sal.

A Eletrobras terá a mesma sorte, caso a direção sindical comece uma greve frouxa e temerosa. Esse sinal já foi dado, quando a CNE elogiou o ministro relator Maurício Godinho

Delgado, por não ter decretado imediatamente a ilegalidade da greve. Esse juiz do TST, chamado de “justo” pela CNE, determinou que os serviços continuassem funcionando em 75% de sua capacidade. Determinou, ainda, uma multa de R\$ 100 mil ao dia, caso os grevistas não cumpram a liminar. Se acatar essa decisão do TST, a greve da Eletrobras é natimorta. Com absoluta certeza, se ocorrer o contrário, o TST voltará à carga com uma multa mais pesada ainda, como ocorreu com os petroleiros, que foi de R\$ 500 mil a R\$ 2 milhões diários. A burguesia, o judiciário e o governo descobriram uma arma que fulmina com mais rapidez e precisão o ânimo da burocracia sindical, que são as multas milionárias. A repressão policial não é tão eficaz como o uso desse recurso no início da greve.

Os eletricitários deveriam saber e ser alertados de que uma greve nesse setor, assim como no do petróleo, seria golpeada nas primeiras horas pela multa milionária. Haveria que se preparar o embate sério, que é o de defender a economia nacional contra a ofensiva do imperialismo e de seus lacaios nacionais. Mais do que isso, uma greve contra a privatização e a desnacionalização não pode se limitar a esse ou aquele ramo, a esse ou aquele sindicato.

É preciso organizar uma frente única anti-imperialista, sob as bandeiras de fim das privatizações, reestatização sob o controle operário e não à desnacionalização da economia. Esse é o ponto de partida para um grande movimento, que tem a classe operária à sua frente e que envolva a maioria oprimida.

Nessa luta, nos vamos deparar com a gigantesca dívida pública, que tem de ser eliminada, tamanho é o seu peso parasitário na economia. Vamos enfrentar a reação do capital financeiro, que terá de ser contra-atacado com o programa de expropriação dos bancos e estatização. Se se quer responder

seriamente à ofensiva privatizante, desnacionalizadora, e combater os entreguistas é necessário trilhar esse caminho revolucionário. É nosso dever, como marxistas, trabalhar para que a greve, que recém começa na Eletrobras, se firme como um pólo de atração à classe operária, a começar pelos petroleiros, que devem imediatamente convocar suas assembleias para retomar a greve em conjunto com os eletricitários. Os metalúrgicos, que constituem a ponta de lança do movimento operário, têm de ser imediatamente mobilizados.

É nosso dever, como marxistas, trabalhar para que a greve, que recém começa na Eletrobras, se firme como um pólo de atração à classe operária, a começar pelos petroleiros, que devem imediatamente convocar suas assembleias para retomar a greve em conjunto com os eletricitários. Os metalúrgicos, que constituem a ponta de lança do movimento operário, têm de ser imediatamente mobilizados.

A ditadura civil de Temer, o judiciário fantoche e Congresso Nacional entreguista somente voltarão atrás diante de um grande movimento unitário do proletariado. É preciso que as centrais sindicais, principalmente a CUT, reajam urgentemente, convocando os sindicatos a mobilizarem suas bases por meio de assembleias e decisões coletivas. É preciso retomar a greve geral de 28 de abril do ano passado e constituir uma direção classista fiel à luta do proletariado. As centrais sindicais lançaram um chamado para o Dia Nacional de Luta em 10 de agosto. Sua finalidade é eleitoreira. Ao contrário, está colocado convocar imediatamente esse Dia Nacional de Luta pela continuidade da greve da Eletrobras, pelo

retorno dos petroleiros ao movimento contra as privatizações, a desnacionalização e a ditadura civil entreguista. Está em pé a batalha pela revogação da reforma trabalhista e da Lei da Terceirização. Está em pé a resistência à reforma previdenciária, que logo mais voltará à tona. Está em pé o combate ao desemprego, ao subemprego, as perdas salariais e a destruição de direitos. Essas reivindicações fazem parte de um mesmo problema, que é a exploração capitalista do trabalho, a opressão imperialista e a desintegração do capitalismo.

Viva a greve dos Eletricitários!

Desnacionalização e concentração monopolista das terras no Brasil

“O Brasil é um dos cinco países do mundo que mais vende terra para estrangeiros”. Com esse título, em 20 de maio, o jornal El País (Espanha) noticiou o avanço da desnacionalização de terras no País. A nota destacou que 40 milhões de hectares, em 79 países, passaram para as mãos de capitais estrangeiros (uma superfície maior do que a da Alemanha). Assinala ainda que a compra e venda de terras no Brasil, “juntamente com a Rússia, Indonésia, Ucrânia e Papua-Nova Guiné”, envolveram 46% do total das terras vendidas em todo o mundo, e que a inversão Estrangeira Direta (IED), orientada à compra de terras e à agroindústria no País, chegou a 46,95 bilhões de dólares.

O processo de concentração foi acelerado pela ditadura militar, que, entre 1970 e 1980, aplicou linhas de créditos subsidiados (com taxa de juros real negativa), favorecendo a formação dos primeiros “conglomerados agrícolas” nacionais. Na década de 1990, o governo pró-imperialista de Fernando Henrique Cardoso favoreceu a penetração do capital financeiro internacional

na produção agroindustrial, refletindo as tendências mundiais à expansão das “commodities agrícolas”, como ativos acionários nas bolsas de valores e nos chamados “mercados de futuros”. Em 2006, se produzirá a expansão da fronteira agrícola, voltada à produção para a exportação, quando o governo Lula aprovou o PL 2.289/2007 e o PL 4.059/2012 para a exploração do Cerrado. Em 2015, Dilma promulgou o Decreto 8.847, que criou o “Projeto Matopiba”, estabelecendo um marco institucional e técnico para a exploração agrícola na “região do Cerrado entre o Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia”. A relatora e apoiadora do projeto na Câmara foi a latifundiária e senadora Kátia Abreu, então do PSD-TO. Em fins de 2016, a maior parte do cultivo da cana-de-açúcar e da soja, assim como a dos processos produtivos de álcool e agrocombustíveis achavam-se sob o controle dos monopólios e do capital financeiro imperialistas.

Temer se serviu da “herança” do governo de Dilma, o PLC 212/2015, que permite ao “produtor rural” negociar sua terra na

bolsa de valores, para avançar ainda mais a desnacionalização do solo. Mas, enfrentou a resistência de uma fração da burguesia agrária, favorecida pelo governo Dilma. Em 2017, Kátia Abreu criticou duramente Temer por desativar o “Departamento do Mato-piba” da estrutura do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Mas, os conflitos não se generalizaram. Ocorre que a fração majoritária dos latifundiários e da burguesia agroindustrial brasileira é parceira “estratégica” na estrangeirização das terras. Não por acaso, tem se avolumado no País a formação de “empresas imobiliárias”, que promovem o entrelaçamento de latifundiários e agroindustriais nacionais com os capitais estrangeiros.

Um exemplo dessas “associações” é a SLC Land, do grupo SLC Agrícola, controlada pelo fundo de investimento britânico Valiance Capital. Outro exemplo é a Radar Propriedades Agrícolas S.A., coproprietária da Cosan S/A (de capital nacional), a petrolífera anglo-holandesa Shell e o fundo de investimento Teachers Insurance Annuity Association-TIAA (EUA). A Radar possui mais de 670 propriedades em nove estados do Brasil, com 280 mil hectares e bens avaliados em R\$ 5,7 bilhões.

As “operações imobiliárias” desses conglomerados redundam não apenas na expansão das culturas agrícolas, que transferem imensos lucros aos investidores, como também na conversão das propriedades agrárias em “ativos financeiros”, que depois servem de meio de especulação nas bolsas de valores e de garantias para adquirir novas dívidas. Eis por que, apesar dos lucros da SLC Agrícola caírem, entre 2015 e 2016, o aumento do preço das terras compensou as perdas. A brutal especulação com a venda e compra de terras reflete o avanço da penetração do capital internacional e da desnacionalização.

Nas condições de agravamento das tendências recessivas mundiais, a estrangeirização de terras no Brasil serve tanto ao objetivo de compensar a tendencial queda dos lucros médios, quanto à especulação financeira. E serve ainda como “reserva de valor” a capitais paralisados nas potências e sem vias de escoamento na produção social. Está aí porque o Fundo Monetário Internacional

(FMI) vem exigindo em inúmeros documentos publicados, desde fins de 1990, que se desmontem as regulamentações que impedem o livre acesso de investidores nos países semicoloniais e que se liquidem as regulações jurídicas e comerciais.

A lei econômica da concentração monopolista no capitalismo na sua fase de decomposição (a imperialista) impulsiona a desnacionalização dos setores estratégicos das economias nacionais dos países atrasados. O imperialismo exige dos governos semicoloniais a proteção dos lucros monopolistas e da livre especulação financeira. Devem, portanto, se curvar e impor ao País as medidas antinacionais.

A luta do proletariado agrícola pelo controle operário da produção agroindustrial e pelo livre acesso dos camponeses à terra são partes indissolúveis da luta dos explorados e oprimidos de todo o país em defesa da economia e dos recursos nacionais contra o imperialismo e a burguesia nacional entreguista. De um lado, o progresso da grande produção agrícola fortalece o proletariado como classe revolucionária; de outro, aguça a luta camponesa contra a sua expropriação (expulsão da terra) e a sua subordinação (escravização) ao grande capitalista. É nessas condições que se coloca a luta do proletariado pela expropriação sem indenização e transformação da grande propriedade privada em propriedade social, estabelecendo a coletivização e a racionalização da produção. Ao campesinato, não há como se defender do atraso, miséria e pobreza, a não ser se aliando ao proletariado, que tem como programa a nacionalização das terras.

A classe operária e os oprimidos do campo estão diante da tarefa de se erguerem contra o entreguismo dos governos e da burguesia nacional. A luta que pode levar os pobres do campo a terem acesso à terra é a da derrota geral da fração latifundiária por meio da revolução agrária, que exproprie a propriedade latifundiária e imponha a nacionalização das terras, com a derrocada revolucionária da burguesia e do imperialismo. Está aí o elo que unifica a revolução proletária com a resolução das tarefas da reforma agrária.

Greve na USP sofre com as direções

A greve na USP e demais estaduais paulistas aconteceu num momento em que as tendências de luta de fora da universidade se manifestaram em seu interior, apesar da conduta das direções, que não organizaram a luta pelas reivindicações e contra o desmonte da universidade pública (privatização e precarização).

Os professores entraram em greve contra o congelamento salarial e sobrecarga de trabalho, causada pela saída de 500 em quatro anos. Os funcionários, contra o arrocho salarial e o congelamento dos benefícios (carregam também a sobrecarga pela demissão de 3.600 na última gestão da reitoria). Os estudantes foram à greve defendendo o atendimento das reivindicações de professores e funcionários e as demandas relativas à permanência estudantil, em especial a moradia, bolsas e contratações.

Os sindicatos foram espremidos pelos reitores e governo nas negociações. A proposta de reajuste de 1,5%, contra os 12,56% reivindicados inicialmente, inviabilizou a conciliação aberta. Antes mesmo da greve, os sindicatos ofereceram a contraproposta de 6% e recomposição gradativa das perdas. As reitorias e o governo bateram o pé. Mesmo em greve, os sindicatos elaboraram mais uma contraproposta, de que a reitoria e o governo

reconhecessem as perdas e admitissem a possibilidade de novo reajuste, dependendo da elevação da arrecadação (que, todos sabem, vai cair). Enquanto isso, começaram as negociações por pautas específicas, o meio líquido e certo de divisão do movimento e quebra da greve.

Bastou o “reconhecimento” pelas reitorias das perdas salariais e a promessa de mais discussão a respeito para os professores saírem da greve.

Os funcionários da USP, que só entraram em greve uma semana depois dos estudantes e professores, conseguiram obter um reajuste do vale refeição de 29 para 31 reais. E mais um reajuste no vale alimentação de R\$690,00 para R\$745,00. No momento de fechamento desta edição, estão com um pé fora da greve.

O movimento grevista estudantil sofreu sucessivos golpes da parte da direção do DCE da USP (PT), e já marcou data para comemorar “vitória”, ainda que sem absolutamente nada de concreto nas mãos.

Uma assembleia proibitiva

A assembleia estudantil de 5/6 contou com cerca de 500 estu-

dantes em seu pico, menor que a de 26/5, que deflagrou a greve. A maioria dos presentes estava ligada ao DCE (PT) e às correntes de esquerda, tendo o PSOL na posição de mero capacho do PT e as demais correntes orbitando numa elipse, ora mais, ora menos distante. Uma fração significativa de presentes agrupava independentes e o POR. As votações mais importantes foram vencidas pela direção petista, que aprovou:

- a) quanto às reivindicações, colocar como eixo “contra o arrocho e por acesso e permanência”, assim, de modo genérico; isso permitiria às direções apresentarem qualquer migalha oferecida pela reitoria como “vitória” (o que de fato aconteceu); O POR e independentes defenderam explicitar e precisar as reivindicações, e tiveram cerca de 40% dos votos, contra 50% da direção petista mais o PSOL. O MRT, o PSTU e o MNN, em minoria, dividiram a oposição ao redor da reivindicação de “abertura dos livros caixa da USP”, apresentada como condição para atender à permanência.
- b) quanto a manifestações, não ir às ruas de jeito nenhum, limitar os protestos aos muros da universidade; o POR e independentes apresentaram a proposta de ato na Av. Paulista. O PSTU se absteve com declaração.
- c) quanto ao comando de greve, reuni-lo apenas depois de dez dias corridos, de modo a que esse comando ficasse paralisado até 15/6. A proposta do POR e independentes era de comando dia 8/6.
- d) A direção ainda defendeu reunir o Conselho de Centros Acadêmicos (CCA) logo a seguir (10/6), de modo a colocar nas mãos dessa burocracia ligada ao aparelho dos CAs e controlada pelas correntes políticas as decisões mais importantes; verificou-se que esse CCA serviu exatamente para legitimar a negociação marcada com a reitoria (a sexta seguida) sem avisar às bases nem prestar contas dela.

A colocação em votação da pauta genérica de permanência serviu como uma fraude para justificar o peleguismo da direção do DCE. Isto porque a defesa de “permanência” em abstrato já estava sendo praticada pela direção nos encontros com a reitoria. O adiamento do comando serviu como uma vacina para evitar que outros, que não a direção, comparecessem à reunião. E o CCA de sábado foi o verniz que legitimou o encontro vendilhão.

Um bloco para mobilizar

Profundamente insatisfeitos com as deliberações proibitivas da assembleia comandada pelos petistas e psolistas, e com as vacilações das demais correntes de esquerda, o POR, a Amorcrusp (Associação de Moradores do Crusp), delegados de cursos em greve ou não (Letras, Filosofia, Geografia, Arquitetura, Psicologia, Engenharia) decidiram não ficar parados até o comando do dia 15/6 e organizaram um grupo de mobilização pró-greve para divulgar e organizar as atividades da greve, intervir nos debates e assembleias, colar krafts, fazer agitação, ajudar nos piquetes. Esse grupo elaborou ainda um boletim informativo, que foi levado a várias unidades da USP e à USP leste (EACH). E atuou conjuntamente na assembleia de 14/6 e no comando de 15/6.

Assembleia de 14/6

A direção do DCE divulgou, no mesmo dia da assembleia, a carta da reitoria, na qual se explicitam as chamadas “conquistas” da política de conchavos da direção petista. São elas:

- 1) Elevação do teto da renda familiar usado na concessão de bolsas de emergência a estudantes, de um para 1,5 salário mínimo, sem no entanto fixar o número de bolsas nem reajustar seu valor, hoje em 400 reais. Aparentemente, a elevação da renda familiar levaria a um aumento do número de bolsas, mas a burocracia universitária pode manobrar com os números totais das bolsas e manter os gastos fixos.
- 2) Promessas de reformas na moradia, com troca de fiação (tem décadas) e instalação de WiFi. Não foi estabelecido prazo, nem quem fará as obras (não há funcionários para isso), nada. Lembremos que outra promessa, a devolução dos blocos K e L para moradia, tem mais de dez anos e até hoje não foi cumprida.
- 3) Divulgação dos dados de demandas e gastos com permanência no Jornal da USP, um órgão da própria reitoria, no qual ela pode imprimir o que quiser. Divulgação de outros dados, muitos deles contraditórios, já tem sido feita pela burocracia, e isso não quer dizer transparência, muito menos qualquer controle sobre eles.
- 4) Promessa de manter reuniões de negociação, como as que até o momento tinham sido feitas, e de manter o DCE informado, após o encerramento da greve.

Como se vê, é um acordo completamente vazio, não tem nada de concreto. Mas as promessas estão servindo como conteúdo para a direção petista cantarolar “vitória”. Enquanto isso, estudantes permanecem sem moradia, com bolsas de 400 reais e em número insuficiente, não há professores e funcionários suficientes, os blocos K e L permanecem sob controle da burocracia e com mínimo uso, as mães estudantes sem moradia adequada nem creche, e por aí vai.

O POR e independentes propuseram o rechaço a essa proposta de acordo da reitoria, e caracterizaram as reuniões escondidas como traição aos estudantes. Mas a assembleia estava novamente sob maioria da aliança PT/PSOL/PCB.

Assim, novamente, se recusou a ir à Av. Paulista, escolhendo a via da pressão parlamentar sobre a Assembleia Legislativa, em comum acordo com as reitorias, por mais verbas.

Marcou a data da próxima assembleia apenas para o dia 28/6, fim de semestre, telegrafando à reitoria quando defenderão o fim da greve.

O pior, nessa assembleia, foi sua oposição a uma moção contra os reajustes de 9 mil reais aos supersalários, aprovada com a votação do novo teto salarial pela Assembleia Legislativa. A que ponto chegam as correntes políticas reformistas e estalinistas, de defenderem um privilégio, em nome da não romper com o corporativismo presente entre os professores, enquanto os salários de funcionários sobe mísero 1,5%. Para manter seu corporativismo, nem era necessário se opor à moção, mas tiveram de ir além, fazendo a defesa dos privilégios e se comprometendo com a casta burocrática que governa autoritária e repressivamente a universidade. Essas mesmas correntes (PT, PSOL, PCB) que defenderam os 9 mil reais de reajuste com teto salarial de 30 mil são as mesmas que na assembleia passada defenderam que a bolsa estudantil fosse no valor de R\$535,00. Ao final, a cantoria de Lula Lá, que o bloco dirigente tem feito ao final das assembleias, mostra seu conteúdo de classe burguês.

Um comando para não fazer nada

O comando de 15/6, reunido no dia seguinte à assembleia, não

organizou nenhuma atividade concreta de greve. Serviu apenas para, por meio de várias votações, chegar à composição da comissão de negociação negociada pelo PT com a reitoria e entre as correntes do PSOL e PCB. Ao final dos debates, após muitas críticas à direção petista por sequer ter uma mãe estudante em sua composição, foi feita a proposta de incorporar uma mãe estudante, mas com a condição de que, se a reitoria batesse o pé no número acordado previamente, ela não entraria. Ficou evidente que de fato o comando não estava decidindo nada, porque a conciliação com o

reitor fixou até o número de membros da comissão. Uma comissão autônoma e independente deveria ter seu número e membros fixados pelos estudantes em seus fóruns, e não permitir seu uso apenas para referendar acordos espúrios.

A greve vai chegando ao seu final golpeada de cima para baixo pelas direções traidoras. Várias lições devem ser tiradas, mas a principal é a necessidade de construção de uma direção proletária para o movimento estudantil, em oposição às pequenas burguesas, sejam reformistas ou centristas.

Atlas da violência 2018: retrato da barbárie social

Em 2016, 62.517 pessoas foram assassinadas no Brasil. Pela primeira vez em nossa história, a taxa de mortes violentas ultrapassou os 30 a cada 100 mil habitantes, número 30 vezes maior do que o da Europa. Em dez anos, foram 553 mil mortos por violência intencional. É o que revela o Atlas da violência de 2018, elaborado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) e Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP).

Nos números revela-se o **peso da lei do desenvolvimento desigual e combinado** e a impossibilidade de que os chamados desequilíbrios regionais sejam resolvidos. Enquanto, em São Paulo, o número de homicídios caiu 56,7% em dez anos, no Rio Grande do Norte, cresceu 256,9%. As maiores taxas de homicídios se concentram em estados do Norte e Nordeste, tendo como extremo o Sergipe. Enquanto, nesse estado, a cada 100 mil jovens, 142,7 morrem vítimas de homicídio, em São Paulo, a taxa é de 19, e a elevada média nacional é de 65,5.

Soluções elogiadas pelos organismos internacionais, como o Pacto pela Vida, em Pernambuco, rapidamente se esgotam. Se, entre 2007 e 2013, as taxas de homicídio caíram no Estado, de 2014 a 2016, tais mortes cresceram 39,4%. É evidente o impacto da crise econômica mundial e da decomposição das condições de vida. No Rio de Janeiro, a falência do estado após os megaeventos também se reflete em um acelerado crescimento nos índices.

A queda em São Paulo também tem, entre suas hipóteses explicativas, um elemento da barbárie. O atlas afirma que se pode explicar por meio da “*pax monopolista do PCC*” que, por meio de seus tribunais, controla a violência letal em bairros sob seu domínio.

Polícia Assassina

O relatório traz os dados do *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, que detectou, nos registros policiais, ao menos 4.222 vítimas de policiais em 2016. Sendo que, desse registro, 925 mortes ocorreram no Rio de Janeiro, 856 em São Paulo e 457 na Bahia. Coloca-se na ordem do dia a bandeira de fim da polícia. Aí está o retrato da ditadura de classe da burguesia.

Extermínio da juventude pobre

Entre os jovens brasileiros, em 2016, a cada 100 mil habitantes, a taxa é de 142,7 vítimas de homicídio. Foram 33.590 jovens assassinados, dos quais 94,6% eram do sexo masculino. Houve um crescimento de 7,4% nesse número, em relação a 2015. Se for considerada a última década, o crescimento foi de 23,3%. No Rio Grande do Norte, a variação na década foi de 382,2%, em parte justificada pela maior precisão nas notificações, reduzindo o número de mortes violentas por causa indeterminada. Dentre as mortes de homens jovens registradas em 2106, na faixa de 15 a 19 anos, 56,6% foram causada por homicídios. E, dos 20 a 24, 52,4%.

A classe operária precisa erguer a bandeira de defesa da vida da

juventude. Esse sistema apodrecido, em sua resposta às crises com destruição de forças produtivas, destrói a força de trabalho. Indivíduos no auge de suas capacidades físicas e intelectuais são impedidos de ingressar na produção social e lançados na decomposição do tráfico, da criminalidade. Nós, do POR, defendemos que nenhum jovem deve estar fora da escola e nenhum jovem deve estar fora da produção. É preciso que se combine educação e trabalho com jornadas compatíveis com a fase de desenvolvimento do jovem.

Negros sofrem mais mortes violentas

Na última década, as mortes de não negros caiu 6,8% no Brasil. Enquanto isso, a de negros subiu 23,1%. A taxa de homicídios de negros, em 2016, foi de 40,2%, enquanto a de não negros ficou em 16%. Os negros (pretos e pardos) são 71,5% das vítimas de homicídio. Entre as mulheres, as negras morrem 71% vezes mais por conta de homicídios. Dentre os mortos pela polícia, 76,2% são negros. Os mesmos que predominam entre os encarcerados.

Essa particular violência que recai sobre os negros arrasta a herança escravista e se combina com a forte presença do negro na classe operária brasileira. É expressão da opressão de classe. Será extirpada com o fim da propriedade privada dos meios de produção e a chegada a uma sociedade sem classes, por meio da revolução proletária.

Violência contra as mulheres

Na última década, a taxa de homicídio de mulheres cresceu 6,4%. Em 2016, foram 4.645 mulheres assassinadas. A cada 100 mil brasileiras, 4,5 foram vítimas de homicídios. Os dados sobre o feminicídio não são consensuais, uma vez que a categoria é recente. Há pesquisadores que consideram, por exemplo, que as estatísticas deveriam incluir o “*feminicídio reprodutivo*”, considerando as mortes decorrentes dos abortos clandestinos, provocadas pelas políticas que restringem a liberdade da mulher interromper uma gravidez indesejada e as empurra para morte.

O relatório ressalta que, enquanto a maioria dos homens é assassinada nas ruas, as mulheres o são no ambiente doméstico. Ao longo da década, a taxa a cada 100 mil cresceu 15,4%, chegando a 5,3. Enquanto a de não negras caiu 8%, chegando a 3,1. Roraima tem a maior taxa de homicídios de não negras, de 21,9, revelando dentro desta camada a presença das mulheres indígenas. Em 2016, enquanto 14 indígenas foram assassinadas, nenhuma branca ou amarela teve tal fim nesse estado. Na década, foram 98 mulheres indígenas assassinadas.

Não faltaram, na última década, avanços na legislação de proteção às mulheres. Os dados do Atlas mostram, porém, que não é por falta de leis que a violência segue e aumenta. A opressão sobre a mulher se fundamenta na propriedade privada e na família monogâmica correspondente a ela. A luta consequente pela real igualdade entre homens e mulheres depende da unidade de explorados

e oprimidos de ambos os sexos contra o sistema capitalista.

Estupros, uma bárbara violência

Em 2016, as polícias brasileiras registraram 49.497 casos de estupro. É conhecida a imensa subnotificação pela culpabilização da vítima. Uma estimativa com base em uma pesquisa feita no Ceará, com entrevistas a mulheres nordestinas de 15 a 49 anos, mostrou que, nos últimos 12 meses, 2,42% das mulheres havia sido vítima de violência sexual. Ao abranger tal percentual para a população brasileira, o relatório sugere a cifra de 1,350 milhão de mulheres vítimas de violência sexual a cada ano.

Quanto ao tipo de estupro, os casos com um único violador tiveram uma pequena queda, enquanto cresceram os estupros coletivos. Em 2016, 77,6% dos casos tinham um agressor, enquanto 15,4% tinham mais de um. O relatório registra também que cerca de 10,3% das vítimas de estupro possuía alguma deficiência, sendo 60% acometido por doença ou transtorno mental.

Dentre os registros no sistema de saúde, 68% dos casos de estupro vitima crianças de até 13 anos. Os violadores são, em sua maioria, amigos, conhecidos da vítima ou mesmo familiares. 54,9% dos casos são recorrentes. E quase 80% dos casos ocorreram na própria casa onde a vítima mora. Entre adolescentes e mulheres adultas, predominam casos com autor desconhecido, 32,5% e 53,52%, respectivamente. Seguidos pelos casos de amigos e conhecidos, com 26,09% e 18,82%.

Armas

O documento traz os dados sobre as armas de fogo no país. Entre 1980 e 2016, cerca de 910 mil pessoas morreram atingidas por balas. Isso, num momento em que a bancada da indústria ar-

mamentista pressiona pela maior liberação de armas.

O relatório considera também que o alto número de mortes violentas não esclarecidas indica o quanto o sistema de notificações é falho. Em Minas gerais, por exemplo, chega a 11%.

Apesar de uma das formas de morte violenta ser aquela auto-provocada, os suicídios, esse relatório não destaca os casos. Mas, segundo o boletim epidemiológico sobre suicídio, divulgado pelo Ministério da Saúde, em setembro de 2017, entre 2011 e 2016, 62.804 pessoas tiraram suas próprias vidas no país, 79% delas são homens e 21% são mulheres. Destaca-se a alta taxa de suicídios na população indígena, sendo que quase metade é cometida por crianças e jovens de 10 a 19 anos.

Interromper a barbárie com o programa socialista

O documento mostra várias das expressões da opressão social, de classe. Mas, as particulariza. De conjunto, vemos o quanto o capitalismo em decomposição golpeia os explorados e oprimidos. Da leitura dos dados, é necessário que a revolta e a defesa da vida assumam a forma da luta pela construção do partido-programa.

O relatório conclui com a demagogia dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, já fracassado, e a nova hipocrisia da ONU com a “Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, firmada em 2015 por diversos chefes de Estado e de governo. Fala de cultura de paz, de igualdade de gênero, fim da pobreza, da fome e até mesmo de emprego pleno. Mas, por ser organismo do imperialismo, tais metas não passam de máscara para sua ação em defesa do capital financeiro e dos monopólios.

A alternativa colocada por Rosa Luxemburgo continua vigente. Para enfrentar a barbárie do capitalismo em decomposição, ergamos a bandeira do socialismo.

Rondônia

Escândalo de desvio de dinheiro público na Secretaria de Educação do município de Porto Velho

Por todos os cantos do País, assistimos a uma escalada de denúncias de corrupção. Sabemos que as investigações, julgamentos e condenações são uma farsa montada pelos tribunais para justificar o funcionamento da democracia burguesa. Entre os explorados, cansados de tanto roubo, essas denúncias acabam sendo banalizadas. Em Porto Velho, capital do estado de Rondônia, as denúncias de ladroagem abarcam a maioria dos partidos. Lembremos que o prefeito Roberto Sobrinho, do PT, foi afastado, quase no final de seu mandato, por corrupção.

Dessa vez, as denúncias recaem sobre o atual prefeito, Hildon Chaves, do PSDB, que, desde que assumiu a prefeitura, janeiro de 2017, tem demonstrado a que veio. Trata o funcionalismo com mãos de ferro, persegue-os e os culpabiliza pelos problemas que a população suporta em decorrência da falta de condições de vida e trabalho. Procura jogar os explorados contra o funcionalismo. Para isso, minimiza os graves problemas dos serviços públicos – falta de médicos, remédios, escolas, hospitais públicos etc. –, responsabilizando o funcionalismo pelo atendimento. Fala, assim, que o funcionalismo precisa ter “boas maneiras” para atender ao público.

No entanto, não pode tapar o sol com a peneira. No final de maio, a Secretaria Municipal de Educação (Semed) foi alvo da denúncia de corrupção, entre os anos de 2014 a 2018. Trata-se de recursos envolvendo os contratos com empresa de transporte fluvial escolar. Contratos superfaturados, que alcançaram o montante de R\$ 33,5 milhões. O desvio é de cerca de R\$ 20 milhões. Das investi-

gações feitas pela “Operação Ciranda”, pela Polícia Federal, resultou a prisão de secretário de educação, Marcos Aurélio Marques, e de seu adjunto. Mas, logo mais, estarão livres. E os contratos superfaturados serão novamente praticados pelos governantes. Isso por que a máquina que nutre o Estado burguês é corrupta. Está aí por que, em todas suas instituições, a corrupção está presente.

Ao lado desse crime de corrupção, o prefeito Hilton faz campanha para convencer a população dos benefícios das empresas terceirizadas com a implantação das Organizações Sociais (OS). Quer, com isso, se livrar da responsabilidade com a manutenção de serviços, como saúde e educação, onde a situação é calamitosa. Portanto, seu objetivo é o da privatização.

A Corrente Proletária denuncia os crimes dos governantes, que vão, desde a corrupção, até a bárbara exploração do trabalho. Denuncia a precariedade da saúde e da educação. Chama os explorados a não confiarem na justiça burguesa e nas tais operações da Polícia Federal, como essa que prendeu o secretário da educação. Exige que os sindicatos convoquem assembleias e organizem os funcionários públicos para combater, nas ruas, as calúnias do prefeito Hilton. E para aprovar as reivindicações que unificam os trabalhadores da saúde e da educação, que certamente devem ser a defesa do emprego, do salário e das condições de trabalho. Ao mesmo tempo, propaganda a bandeira de constituição do Tribunal Popular, organismo nascido das lutas dos explorados, com o objetivo de julgar os crimes da burguesia.

Impasse do PT

O PT sem Lula não tem para onde ir. Esse é o impasse enfrentado pelo reformismo petista. A prisão e cassação dos direitos políticos do ex-presidente colocaram o PT na borda do precipício. Isso por que sua sobrevivência depende de eleições. Fora das eleições presidenciais, sem a conservação de uma grande bancada parlamentar e sem um candidato à presidência da República bom de voto, o PT está quebrado. A defesa que faz da democracia diz respeito à sua própria existência, uma vez que se tornou um partido da ordem capitalista. De forma que a questão que se apresenta é se a fração que quer manter Lula como pré-candidato vai levar até o fim essa posição. Não se trata apenas de uma propaganda eleitoral para manter viva a bandeira de “Lula Livre”, mas também de uma decisão pragmática de lançar ou não uma candidatura, caso Lula, finalmente, fique impedido.

Tudo indica que a divisão nas fileiras do PT diz respeito ao período de lançamento da pré-candidatura, que se esgota em agosto. Para conter as pressões da fração que tem como certa a inelegibilidade de Lula e que apregoa a definição de outra pré-candidatura, a fração pró-Lula realizou o lançamento da candidatura do ex-presidente em inúmeras cidades. No momento em que foi divulgada essa decisão pela presidente do PT, Gleici Hoffman, o pré-candidato pelo PDT, Ciro Gomes, fez um acordo com o governador do Ceará, Camilo Santana, do PT, para uma coligação. Segundo noticiário, Ciro Gomes teria organizado uma frente com 24 partidos para apoiar a reeleição de Camilo Santana e, assim, sustentar sua própria candidatura. Faz parte dessa negociata a candidatura de Eunício Oliveira, do MDB, para o Senado. Camilo tem como certo o impedimento de Lula, não quer uma candidatura própria do PT e defende o

apoio a Ciro. Os petistas agarrados a Lula estão diante de uma medida prática em favor de uma aliança com o PDT. Em seguida, o governador da Bahia, Rui Costa, afirmou que sua chapa à reeleição será decidida de acordo com a situação do estado. Essa foi a resposta dada à resolução do Diretório Nacional do PT que decidiu pelas alianças regionais de acordo com a coligação presidencial. Essa posição pode afetar as negociações do PT com o PSB, que tem uma de suas alas propensas a apoiar a candidatura de Ciro Gomes. Pelo visto, o PSD tem prevalência ao PSB na disputa do estado da Bahia. Essas reações estaduais mostram quanto o PT se oligarquizou.

A prisão e cassação dos direitos políticos do ex-presidente colocaram o PT na borda do precipício. Isso por que sua sobrevivência depende de eleições. Fora das eleições presidenciais, sem a conservação de uma grande bancada parlamentar e sem um candidato à presidência da República bom de voto, o PT está quebrado. A defesa que faz da democracia diz respeito à sua própria existência, uma vez que se tornou um partido da ordem capitalista.

O movimento em torno da “Unidade da Esquerda”, que lançou o Manifesto “Frente Ampla e Social em Defesa da Democracia, da Soberania Nacional e dos Direitos do Povo Brasileiro”, assinado pelo PDT, PSB, PCB, PT, PSOL, PCdoB e PCO, joga água no moinho da candidatura de Ciro Gomes. Está claro que Lula não sairá candidato e que as candidaturas do PSOL e PCdoB não têm futuro eleitoral. O PSB foi abandonado pelo franco atirador, Joaquim Barbosa. O PCB apóia a candidatura do PSOL. A candidatura do PCdoB é um jogo de marqueteiros. Está aí por que Manuela d’Ávila se disse disposta a retirar sua candidatura em favor de uma coligação de esquerda. Certamente, nessa coligação estaria

Ciro Gomes. E o PCO declarou, batendo no peito, que está com Lula e não abre mão. O que sobrou dessa frente ampla é a candidatura de Ciro, pelo PDT. Essa história de frente ampla, de defesa da democracia e da soberania nacional não passa de manobras típicas da esquerda eleitoral.

PCO abre mão

“É Lula ou nada”

O PCO comunicou que “deliberou – pela primeira vez em 16 anos – que não lançará candidatura à presidência da República e apoiará a candidatura presidencial de Lula, contra o golpe”. Reforçou a gravíssima decisão com a declaração de “apoio incondicional à candidatura de Lula”. Os ex-altamiristas acreditam que assim transformará a candidatura de Lula em “instrumento de mobilização contra o golpe e de defesa das reivindicações dos explorados ...”. Estão convencidos e pretendem convencer as pessoas de que Lula, por ter sido “o presidente com maior índice de popularidade da história recente do país”, “é capaz de atrair, rapidamente, milhares de pessoas dos setores mais combativos da sociedade”. Como parte de sua campanha em defesa da candidatura de Lula, PCO ainda acredita na possibilidade de “anulação do impeachment”.

Ninguém que conhece um pouquinho das bazólias do Presidente Nacional do PCO, Rui Costa Pimenta, se surpreendeu com a solene notícia de que seu partido renunciará à candidatura própria como meio de luta contra o golpe de Estado.

A bandeira “É Lula ou nada” sintetiza o seguidismo de PCO ao caudilhismo lulista.



Manifesto eleitoral do PSTU

Esquerdização do centrismo

O PSTU comparecerá como a corrente mais à esquerda no espectro eleitoral. É o que expressa o seu Manifesto “Um chamado à rebelião!”, que sustenta a candidatura de Vera Lúcia e Hertz Dias. O seu chamado completo, em grandes letras, é “*Fora Temer e Fora Todos Eles! Um chamado à rebelião! Um projeto socialista contra a crise capitalista!*” Sintetiza sua posição aparentemente esquerdista de que não houve golpe de Estado no Brasil. A bandeira de “Fora Temer” é a mesma levantada pelo PT, PCdoB, PSOL, etc. Teve, em seu momento, o conteúdo de remoção de Temer por meio de uma nova eleição presidencial (Diretas, Já!). O PSTU tão somente acrescentou o “Fora todos eles!”, no sentido de convocação de eleições gerais. Essas bandeiras uniram as mais distintas variantes do reformismo e do centrismo. Foi uma resposta puramente institucional, eleitoral. A esquerdização do PSTU agregando o “Fora todos eles” e “Eleições gerais” não modificou o fundamental do conteúdo burguês do “Fora Temer”.

A retomada dessa bandeira enxertada está bem de acordo com o momento eleitoral aberto pelo lançamento das pré-candidaturas. A bandeira “Um chamado à rebelião” não vai além do palavreado, que pretende atrair a atenção como força de expressão. Inevitavelmente, trata-se de um chamado eleitoral, travestido de radicalidade. A bandeira “Um projeto socialista contra a crise capitalista” é uma marca de todos os centristas, que nas eleições necessitam se distinguir dos partidos da burguesia com a vestimenta do socialismo. O conceito “projeto socialista” é tipicamente socialdemocrata. É bem conhecida a história do uso oportunista da bandeira do socialismo. Foi e tem sido utilizada pelos revisionistas e por todo tipo de renegados para se opor ao marxismo. A noção de “projeto” é própria dos socialistas eleitoreiros. A cada disputa eleitoral, tiram da maleta o seu “projeto socialista”. Foi com esse “projeto socialista” que, no passado, o PSTU apoiou candidaturas petistas e, finalmente, se enfileirou por detrás da frente de esquerda, montada com o PSOL e PCB em torno da candidatura da clerical Heloisa Helena.

Não se pode desconhecer as experiências eleitorais onde se evidencia a natureza da tática, se é revolucionária ou oportunista. Agora, o PSTU está diante de uma nova situação de crise política, que obriga todas as correntes de esquerda, que se reivindicam do socialismo, a exporem com máxima precisão suas posições. O PT vem se desintegrando, principalmente após o impeachment de Dilma e a prisão de Lula. O PSOL levantou crista, acreditando na possibilidade de ocupar o lugar do PT. Esse cálculo animou sua militância constituída de inúmeras correntes revisionistas, que se servem da bandeira socialista, com a qual se cobre o reformismo pequeno-burguês. O PSTU sofreu uma grave cisão, cuja fração à direita se deslocou para o PSOL. Tudo indica que o PSTU nunca se viu diante de um iso-

lamento tão grande como o que padece atualmente. Não teve sequer como fazer sua clássica campanha de frente de esquerda e “por uma alternativa dos trabalhadores”. O isolamento, em grande medida, o empurra a formulações mais à esquerda. Pode dizer-se também que o aprofundamento da crise econômica e política do País, que potencia a luta de classes, levou a sua ala esquerda a se esquerdizar, provocando uma diferenciação interna que impossibilitou a sua convivência com a fração à direita, que acabou por constituir o MAIS.

O centrismo se caracteriza por oscilar entre o marxismo e o reformismo. O reconhecimento de que “as eleições são o terreno da burguesia” e de que “não vão mudar a vida” é correto. A conclusão de que “só uma revolução socialista, que liberte o país da dominação do imperialismo e ponha fim à grande propriedade capitalista, pode mudar o Brasil e a vida do povo” também está no campo do marxismo. A formulação de que o PSTU comparecerá nas eleições com um “projeto socialista”,

Tudo indica que o PSTU nunca se viu diante de um isolamento tão grande como o que padece atualmente. Não teve sequer como fazer sua clássica campanha de frente de esquerda e “por uma alternativa dos trabalhadores”. O isolamento, em grande medida, o empurra a formulações mais à esquerda.

por meio de uma candidatura presidencial, expõe a face oportunista de sua política. Está aí por que recorre à abstração do tipo: “Um projeto socialista significa colocar o Brasil nas mãos dos trabalhadores e do povo pobre”. Pouco adianta dizer em seguida que “são os trabalhadores e trabalhadoras que devem decidir os rumos da política todo o dia, não ser apenas chamados a votar de quatro em quatro anos em eleições de cartas marcadas”. De nada adianta também exortar a construção de “conselhos populares”, como “instâncias reais de governo”.

A campanha por uma candidatura presidencial vinculada à fórmula de “um governo socialista dos trabalhadores, formado por conselhos populares”, que irão encarnar um “projeto socialista”, alimenta ilusão eleitoral ao contrário da formulação de “revolução socialista”. A sonegação do conteúdo histórico, dos fundamentos e da tática da revolução socialista é fatal. É imprescindível que se reconheça a classe que encarna a revolução socialista, que é o proletariado. De forma que é obrigatório determinar que a revolução socialista será proletária. Igualmente é necessário evidenciar que o proletariado, dirigindo a maioria nacional oprimida, destruirá o poder de Estado da burguesia. A derrubada revolucionária dessa classe leva à constituição de um novo poder, que é a ditadura do proletariado. A revolução que destruirá o Estado burguês e expropriará os grandes capitalistas se dará pela violência revolucionária, pelo levante das massas, pela insurreição e, inevitavelmente, pela guerra civil. Somente com essa formulação é possível ao partido revolucionário intervir nas eleições, como uma tática auxiliar à tática da ação direta.

O Manifesto eleitoral do PSTU está longe de estabelecer as premissas históricas da revolução socialista. A descrição da “chapa operária, negra, nordestina e socialista de Vera e Hertz” contém o apelo eleitoreiro.

Pretensões reformistas do PSOL



É bem provável que o PSOL esteja diante da prova eleitoral mais importante, desde o seu surgimento, em 2004. Inaugurou sua vida eleitoral com a candidatura de Heloísa Helena, nas eleições de 2006. Alcançou seu ponto mais alto, obtendo 6,5 milhões de votos (6,85%). Em seguida, despencou com a candidatura de Plínio de Arruda Sampaio, que conseguiu escassos 0,87%, pouco mais de 886 mil votos, em 2010. Reanimou-se, em 2014, com pouco mais de 1 milhão e seiscentos mil votos, conquistados por Luciana Genro.

É bom lembrar que estreou sua participação na disputa presidencial constituindo uma frente de esquerda com o PCB e PSTU. Abandonou essa política frentista nas eleições de 2010 e 2014. Agora, lançou-se a uma nova experiência. Recorreu a uma candidatura fora de seu quadro partidário.

Em seu 6º Congresso, realizado em dezembro de 2017, foi decidido por maioria aproximar-se de Guilherme Boulos, dirigente do MTST. Concluída as negociações com o líder do MTST, montou-se a Conferência Eleitoral, em março de 2018, que aprovou a candidatura de Guilherme Boulos e Sônia Guajajara.

Essa composição foi caracterizada como uma “aliança de partidos e movimentos sociais”, que constituíram uma “candidatura de baixo para cima”. Na realidade, são dois partidos, PSOL e PCB. Quanto aos “movimentos sociais”, se circunscreve ao MTST, verdadeiramente representativo. A vice-presidência, ocupada pela militante do PSOL, Sônia Guajajara, ativista que fez carreira política por meio da Funai e que ocupa um posto na Coordenadoria Executiva da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), não significa que dirija o movimento dos indígenas. Boulos, sim, tem se destacado como um caudilho popular, embora restrito ao movimento dos sem-teto e a uma camada da pequena burguesia (estudantes, intelectuais de esquerda, artistas, funcionalismo). Não tem vínculos com a classe operária, portanto, se distingue do caudilhismo de Lula. Sua origem está na pequena burguesia e suas ideias continuam enraizadas nessa classe social. Não temos conhecimento de que se dispôs em algum momento a construir um partido revolucionário. Proveniente do meio estudantil, permaneceu no movimentismo, abraçando a causa dos sem-teto. Tornou-se alvo da direita burguesa, que o qualifica de agitador, fora-da-lei, etc. Carrega nas costas processos por organizar e liderar grandes ocupações. O fato do movimento dos sem-teto, embora reúna um contingente de pobres e miseráveis, não estar ligado ao mo-

vimento operário, dificulta e talvez impossibilite que Boulos tenha referência no proletariado.

As esquerdas centristas, estalinistas e popular-nacionalistas tendem a se escorar em algum caudilho eleitoral. Sua política esquerdista – variantes das esquerdas pequeno-burguesas – se guia por eleições. Uma vez que não se assenta no programa da revolução social, nega, ou renega a estratégia da ditadura do proletariado e considera, aberta ou veladamente, que já não há lugar para o partido forjado na concepção leninista.

O PSOL surgiu de uma cisão parlamentar do PT, sem romper com o nacional-reformismo. Ergueu-se como uma de suas variantes, mais à esquerda, condenando as alianças do PT com frações oligárquicas da burguesia e o abandono de seu programa de reformas. Acabou sendo um desaguadouro para os

A crise do PT, impulsionada pelo golpe de Estado, pelos processos de corrupção e, sobretudo, pela prisão de Lula, suscitou grandes esperanças entre a militância do PSOL. Boulos estava preparado para galgar a carreira eleitoral. Seu nome ressoava alto no meio das esquerdas e no noticiário nacional.

desacreditados do petismo e de inúmeros agrupamentos de esquerda, que encontraram nele seu ponto de apoio às aspirações eleitorais e à diretriz denominada de “alternativa dos trabalhadores e socialista”.

A procura de uma candidatura fora do PSOL, encontrada na figura de Boulos, não foi pacífica em seu interior. Teve de ser decidida em uma conferência específica, depois dos embates no Congresso. A vitória da fração majoritária favorável a Boulos evidenciou a gigantesca dificuldade do PSOL de se armar como um grande partido eleitoral. A questão de sempre para um partido parlamentar é ter um nome que empolgue as massas, que são arrastadas para as urnas no período eleitoral. A primeira candidatura do PSOL – a de Heloísa Helena – animou a sua militância. Mas o preço político saiu caro. Foi questão de tempo para a pequena caudilha debandar. Sua posição contrária à descriminalização do aborto, portanto, uma posição clerical, se chocou com os coletivos dedicados aos temas do feminismo, negritude e homossexualidade. A candidatura de Plínio foi mais uma homenagem ao velho militante de esquerda católica. E a de Luciana serviu de experiência com uma de suas tendências – o morenista MES.

A crise do PT, impulsionada pelo golpe de Estado, pelos processos de corrupção e, sobretudo, pela prisão de Lula, suscitou grandes esperanças entre a militância do PSOL. Boulos estava preparado para galgar a carreira eleitoral. Seu nome

ressoava alto no meio das esquerdas e no noticiário nacional. Havia constituído em torno do MTST a Frente Povo Sem Medo – ao lado da Frente Brasil Popular, do PT. Aglutinou agrupamentos do PT, PSOL, PCdoB, PCB, Coletivo Prestista e passou a contar com a presença da CTB, UNE, etc. Por meio da Frente Povo Sem Medo, Boulos liderou uma campanha em torno da construção da Plataforma Vamos. A iniciativa teve por diretriz “construir o programa a muitas mãos” e “de baixo para cima”. Acadêmicos, intelectuais, pesquisadores, parlamentares, militantes e representantes de movimentos, por quatro meses, realizaram exposições e debates em torno de “eixos” gerais pré-estabelecidos e trataram de determinados temas. Finalmente, realizou-se uma síntese em pontos: concepção, reivindicações e medidas governamentais, sobretudo.

A Plataforma Vamos serviu de apoio à Conferência Eleitoral do PSOL e para confirmar a filiação e candidatura de Boulos. Como se vê, as discussões do 6º Congresso, com suas inúmeras teses, desaguiou na Plataforma Vamos. Como vimos, confeccionada fora do partido. Concretizou-se, assim, a noção de uma candidatura “construída de baixo para cima” e de “aliança entre partidos e movimentos sociais”. É evidente o oportunismo tanto quanto à posição programática como à organizativa.

A Plataforma Vamos está prenhe de lugares comuns extraídos do velho ideário reformista. O núcleo central pode ser resumido na idealização de uma sociedade mais justa, da redução das desigualdades, da distribuição de renda, da mudança do modelo econômico de concentração de riqueza, combate aos privilégios, desenvolvimento em sintonia com o social, com o ambiente e com a diversidade. O PT pode acusar a Plataforma Vamos de plágio. Somente não pode dizer que fracassou em sua aplicação da mesma plataforma nos marcos do capitalismo decadente, bárbaro e irreformável.

Em seu manifesto, o PSOL reflete os pressupostos reformistas da Plataforma Vamos, que almeja realizar uma “governabilidade com maiorias nacionais”, em detrimento da governabilidade das minorias. Refere-se a uma “pré-candidatura radical” e a um “projeto popular de poder”. Repetem-se as vãs promessas petistas de “participação popular” e de construção dos “conselhos populares”. O pressuposto sobre o “controle sobre o legislativo”, por meio de ações populares institucionais (referendos revogatórios, consultas etc.), como consta na Plataforma Vamos, não passa de subjetivismo democratizante. Esqueceram que o PT prometeu proteção aos empregos, valorização do salário mínimo, auditoria da dívida pública, distribuição de renda, combate ao rentismo, imposto

progressivo, taxaço das grandes fortunas, defesa do patrimônio nacional, soberania, etc.?

Esse ideário nacional-desenvolvimentista burguês daria um passo progressivo no capitalismo atrasado do Brasil, caso houvesse uma poderosa fração burguesa interna disposta e capacitada a enfrentar o imperialismo. Um governo popular seria burguês. Apoiar-se-ia nas massas para levar adiante as reformas e tarefas nacionais e anti-imperialistas próprias do país semicolonial. Possibilidade que está historicamente esgotada. Somente a classe operária no poder cumprirá essas tarefas como subproduto das transformações socialistas.

É compreensível por que a Plataforma Vamos e a resolução eleitoral do PSOL desconhecem as relações econômicas, as forças sociais e a luta de classes. Não há dúvida de que o pressuposto subjetivo do “poder popular” serve tão somente à impostura eleitoral. Não há possibilidade de constituir um governo pela via da democracia burguesa que passe a governar com e para a maioria oprimida. Essa foi a esperança criada pelo PT. O PSOL não pode substituí-lo. E Boulos não tem como ocupar o lugar eleitoral de Lula com o revolucionarismo pequeno-burguês.

As eleições são o campo da política burguesa. As massas são arrastadas por meio das ilusões de que sua situação de pobres, miseráveis, desempregados, subempregados, discriminados e oprimidos será modificada para melhor. Frustram-se imediatamente após as eleições, tendo de recorrer à luta direta, coletiva, grevista e mobilização de massa. Passam a se deparar com a repressão policial e a política de colaboração de classes da burocracia sindical. De maneira que somente podem se utilizar das eleições se estiverem sob a direção de um partido proletário, marxista-leninista-trotskyista. Não é o que busca o PSOL e seu candidato, que servem de instrumento para incentivar as ilusões eleitorais nos explorados, cansados dos velhos partidos da burguesia oligárquica. As bandeiras de reforma política, de controle popular sobre o Congresso Nacional e de governo popular são miragens que

cegam a vanguarda e os explorados. Escondem que o Estado, suas instituições e a correspondente democracia exercem a ditadura de classe da burguesia sobre o proletariado e a maioria oprimida.

Temos clara a necessidade de combater inflexivelmente o reformismo, seja qual for sua variante. Somente levantaremos o partido revolucionário no seio dos explorados derrotando o reformismo que atravanca a elevação de sua consciência socialista e desvia o seu caminho da independência de classe para a política burguesa.



É compreensível por que a Plataforma Vamos e a resolução eleitoral do PSOL desconhecem as relações econômicas, as forças sociais e a luta de classes. Não há dúvida de que o pressuposto subjetivo do “poder popular” serve tão somente à impostura eleitoral. Não há possibilidade de constituir um governo pela via da democracia burguesa que passe a governar com e para a maioria oprimida. Essa foi a esperança criada pelo PT. O PSOL não pode substituí-lo. E Boulos não tem como ocupar o lugar eleitoral de Lula com o revolucionarismo pequeno-burguês.

Eleições do SINTE/RN: Vitória dos reformistas do PT

No dia 11 de junho, ocorreram as eleições para direção do Sinte (Sindicato dos Trabalhadores em Educação do RN). Três chapas concorreram: a chapa 1: “Resistência, experiência e luta”, composta pela atual direção e outros membros do PT; a chapa 2: “Muda Sinte”, composta pelo PSTU; a chapa 3: “Oposição revolucionária: por um Sinte independente e de luta”, composta pelo POR e independentes.

A vitória da chapa 1 com 73,27% dos votos expressa não apenas a estrutura econômica montada pelos reformistas para garantir a vitória, mas também as ilusões dos trabalhadores em educação com as ideias do PT (reformismo).

O sindicato nas mãos do PT virou uma máquina eleitoral. É responsável pela eleição dos ex-dirigentes do sindicato a deputado estadual, a exemplo de Fernando Mineiro, e da senadora, Fátima Bezerra, hoje primeira colocada nas pesquisas para o governo do RN. Durante décadas, esse sindicato vem sendo usado como trampolim eleitoral. O atual governador, Robinson Faria (PSD), foi eleito com o apoio do PT e o rompimento se deu com o apoio do governador ao golpe de Estado. O secretário de educação era um ex-dirigente sindical.

Apesar dessa política de colaboração de classe, com acordos de bastidores e alianças com governos inimigos de classe, a burocracia petista continua tendo influência junto à maioria da categoria. Por isso, não foi surpresa a manutenção do PT no comando do sindicato.

A chapa 2 (PSTU) conseguiu 22,19 % de votos. Podemos considerar a sua derrota, não como consequência da estrutura da chapa 1, como afirmam constantemente os morenistas, mas por não apresentar uma diferenciação programática durante anos de oposição à direção. Nas regionais do Sinte, onde dirigem, sua prática não se diferencia da burocracia do PT, se transformando em uma burocracia à esquerda. A Chapa 2 foi apoiada pela CSP/Conlutas e outros sindicatos do estado, que também dispõe de sua estrutura para atuar no processo eleitoral. Por isso, é importante uma avaliação a partir de sua estratégia política. Apesar de seu discurso radical e de crítica aos

reformistas do PT (reformas, alianças, métodos burocráticos e a utilização do sindicato como trampolim político), o PSTU se enlameia na estratégia eleitoral, ou seja, seu objetivo final é também utilizar os sindicatos para a eleição de seus candidatos. Não há diferença programática estratégica entre as chapas 1 e 2.

Esse momento de disputa eleitoral no sindicato, que deveria ser de discussão e rompimento da base com as ideias reformistas, para a chapa 2, foi resumido a uma disputa aparelhista de denúncia do uso do dinheiro do sindicato, de que a direção não deveria continuar, porque já dirige o sindicato há 33 anos, de que a categoria deve acompanhar o patrimônio do sindicato, entre outras denúncias, o que não elevou o debate sobre o papel do sindicato, em especial nesse período de crise e retirada de direitos. Recorreu à justiça burguesa para que intervisse no sindicato, para garantir o processo eleitoral, e buscou o jornal da direita para fazer denúncias de 1995, que nunca foram colocadas para a categoria em assembleias e congressos, servindo para a direita desmoralizar o sindicato.

A chapa 3, POR, obteve 4,52%. Nossa atuação foi de denúncia política da atual direção (Chapa 1), da colaboração de classes desenvolvida por ela durante muitos anos. Defendemos a necessidade dos trabalhadores construírem a luta em unidade com os demais oprimidos, que construíssemos organismos de preparação para o enfrentamento com os governos, como os comitês de luta por local de trabalho. Nosso combate não se deu apenas no processo eleitoral. Em todos os momentos de luta e acirramento com os governos, fazíamos um chamado aos trabalhadores a não confiarem na burocracia sindical, que tende a usar nossos instrumentos de luta quando é para fazer oposição burguesa. Foi assim na greve. Utilizamos o processo eleitoral para divulgar nossas ideias. Entendemos que a derrota dos reformistas do PT será uma derrota programática e que, para isso, é preciso criar frações revolucionárias, que, no dia-a-dia, combatam as reformas antinacionais e antipopulares, e que defendam uma sociedade sem classes.

Rio Grande do Norte

Lutar contra a mercantilização da educação

Pela defesa do ensino gratuito de línguas estrangeiras e totalmente financiado pelo Estado!

Diante dos cortes orçamentários nas universidades federais, cresce o processo de mercantilização da educação. Como alternativa aos cortes e aos orçamentos zerados, a burocracia universitária, composta majoritariamente por uma casta privilegiada de professores, impõe cobranças de taxas aos estudantes e trabalhadores, como forma de “saída” da crise. Na UFRN, essa casta impôs o aumento o valor do RU, escancara as portas das universidades ao parasitismo de empresas (parcerias público-privadas), além de cortar bolsas estudantis. Diante dessa situação, o Instituto Ágora, cuja dotação orçamentária mínima vem do DLLEM apenas para “manutenção

básica”, foi criado por essa burocracia universitária com o objetivo de “prestar serviços” de ensino de línguas estrangeiras, de tradução e revisão, bem como de exames de proficiência. Mas, em todos esses “serviços”, cobram-se taxas dos estudantes para “subsidiar” o referido instituto.

No regimento interno do Ágora, alega-se que o órgão serve para atender, “prioritariamente, a população de baixa renda”. Uma mentira deslavada, pois, reserva somente 20% do total das vagas aos estudantes que têm bolsas de auxílio alimentação, moradia e residência. A grande maioria dos estudantes, que não recebe esses auxílios, pois foi atingida pe-

los cortes de gastos que golpearam frontalmente a já limitada permanência estudantil, deve pagar a “contribuição” para poder estudar. No final das contas, a verdadeira prioridade é a cobrança das taxas. Além disso, os estudantes de pós-graduação, que precisam fazer exames de proficiência de língua estrangeira, também devem pagar uma taxa à COMPERVE, que, por sua vez, se utiliza dos “serviços” pagos do Ágora.

Outro fator é a falta de democracia, que é comum entre as relações da burocracia universitária, uma vez que o Conselho Deliberativo do Ágora é formado predominantemente por essa casta, sendo o diretor indicado pela direção do CCHLA e nomeado pelo Reitor. Tal conselho tem o poder de aprovar e encaminhar aos “conselhos superiores” os principais dita-

gruação lato sensu), aumento de RU e da existência de institutos como o Ágora mostram a adaptação da burocracia universitária às investidas do Estado burguês em sua fase de desintegração, que implementa a política de “austeridade” no seio das IES, jogando o peso da conta nas costas dos estudantes e trabalhadores. É sintomático que esses órgãos surjam no interior das universidades como “prestadores de serviços”, justamente para acentuar o caráter mercadológico da educação. A burguesia nacional, fadada ao pagamento da insuportável dívida pública, administra o Estado “honrando” essa dívida com o imperialismo. Por isso, qualquer medida que desobrigue o Estado de financiar a educação será bem-vinda. O Instituto Ágora é uma delas.

Qualquer um que tenha interesse em aprender uma língua estrangeira gratuitamente se chocará com o Ágora, pois sua criação foi justamente na intenção de mercantilizar o ensino de línguas, vide seu estatuto. Os estudantes devem compreender o caráter de classe de órgãos como o Instituto Ágora, para defender o ensino totalmente gratuito, em particular o ensino de línguas estrangeiras.

Qualquer um que tenha interesse em aprender uma língua estrangeira gratuitamente se chocará com o Ágora, pois sua criação foi justamente na intenção de mercantilizar o ensino de línguas, vide seu estatuto. Os estudantes devem compreender o caráter de classe de órgãos como o Instituto Ágora, para defender o ensino totalmente gratuito, em particular o ensino de línguas estrangeiras. Devem

mes, sobretudo financeiros, como os contratos e convênios com “parceiros” públicos e privados, assim como aprovar os valores que deverão ser pagos aos professores e aos estudantes bolsistas. Em outros termos, a classe minoritária de professores burocratas aumenta entre si a própria remuneração, determina o valor irrisório de R\$ 630 das bolsas estudantis, usando do trabalho dos discentes como mão-de-obra barata. Conserva um único representante discente no conselho, para dar ares democráticos ao órgão, apesar de não passar de uma caricatura. Assim, a esmagadora maioria do conselho impõe seus interesses de casta.

Como se vê, o processo de mercantilização da educação cresce à medida que a crise estrutural do capitalismo já não comporta garantir à educação pública total financiamento pelo Estado. As cobranças de taxas, de mensalidades (pós-

compreender que a universidade pública e gratuita se choca com a burocracia universitária. Por isso, a maioria dos que estudam e trabalham deve varrer essa casta e instituir o governo tripartite (estudantes, trabalhadores e professores não ligados à burocracia universitária), de mandato revogável, subordinado à Assembleia Geral Universitária soberana, com voto universal, para transformar a universidade em uma trincheira de luta contra o Estado burguês. Isso implica lutar contra a mercantilização e privatização da educação, e pelo fim das parcerias público-privadas; defender que o ensino de línguas estrangeiras, assim como qualquer outro, seja gratuito e totalmente financiado pelo Estado; que se lute pela estatização, sem indenização, de toda a rede privada de ensino e a constituição de um sistema único de educação, sob controle dos que estudam e trabalham.

Rio Grande do Norte

UFRN: reitoria atrasa auxílio moradia

Já é o segundo mês seguido em que a reitoria atrasa o repasse do auxílio moradia (R\$ 250,00). No mês de maio, foi repassado no dia 23, quando era para ter sido no início do mês. Em um CEB, realizado no dia 18/05, foi informado por um dos diretores do DCE que a PROAE explicou o atraso pelo fato de que “os processos estão sendo automatizados”.

O atraso do auxílio moradia é muito grave. Além de corresponder a um valor insuficiente de R\$ 250, que não dá para pagar sequer o aluguel, quanto mais as contas de água e energia, ainda assim, a reitoria o atrasa, colocando o estudante em uma situação complicada diante do dono do imóvel, e também com os demais que moram junto com ele e dividem as contas. A explicação da PROAE, de que se trata de problemas técnicos, não se justifica, pois, questões técni-

cas não estão acima da vida dos estudantes, que necessitam desse dinheiro.

Um agravante é que a direção do DCE, mesmo sabendo o motivo, sequer o tornou público, e nada fez para pressionar a reitoria pelo imediato repasse do auxílio, permanecendo completamente sem ação.

A reitoria não garante residências universitárias suficientes para atender a demanda e as substituem por um mísero auxílio moradia que, ainda assim, está sendo atrasado no seu repasse. Por isso, defendemos intransigentemente que não haja nenhum atraso! Que a reitoria repasse em dia o auxílio moradia! Por mais residências universitárias para atender a todos os estudantes que necessitam!

Nesta edição:

- **Bolívia:** Governo acuado pelos conflitos sociais.
- **Nicarágua:** O sandinismo se desagrega sob o impulso da luta de classes.
- **OEA:** Aprovada resolução na OEA para suspender a Venezuela.
- **Nicarágua:** Governo sandinista sanguinário se alia aos EUA.
- **80 anos da IV: A contrarrevolucionária perestroika** – Lora
- **História Partido Bolchevique:**
Capítulo 4: 1917 - Terceira parte - O VI Congresso .

Artigos das Seções

Comitê de Enlace

pela Reconstrução

da IV Internacional

**Bolívia**

Governo acuado pelos conflitos sociais perde a iniciativa e a capacidade de manobra

Os tropeços do governo, na tentativa de se livrar de toda a responsabilidade pela morte do universitário da *Universidad Pública de El Alto* (UPEA), Jonathan Quispe, mostram claramente que se esgotou a sua capacidade de manobrar para conter e controlar as mobilizações regionais e sociais, cada vez mais radicais e profundas. Foi patética a postura inicial adotada pelo Ministro Romero, quando apareceu diante da imprensa tentando justificar que a polícia não teve nenhuma relação com a morte do universitário, porque a autópsia constatou que a causa da morte foi uma bola de gude de vidro. Com o maior cinismo, divulga a teoria de que a polícia não opera com esses projetos “atípicos”, e que foram os próprios manifestantes que provocaram essa morte, inserindo as bolas de gude nos rojões de uso comum.

Em poucas horas, a tese do Ministro foi por água abaixo, quando a mesma polícia se encarregou de desmenti-la, usando outro argumento igualmente absurdo, afirmando que o universitário entrou com vida em um domicílio acompanhado de uns vinte universitários e que, poucos minutos depois, foi morto, portanto, os responsáveis pela morte seriam os próprios universitários; nesse ínterim, especialistas em balística demonstraram que uma bolinha de gude disparada de um rojão não tem força suficiente para penetrar no corpo humano e somente pode ocorrer isso se for disparado por uma escopeta, como as que a polícia usa. Depois, a mesma polícia levantou outras hipóteses, no sentido de que, evidentemente, o projétil foi disparado por um policial, porém, por iniciativa própria, rompendo com a cadeia de comando; finalmente, um repórter divulgou a notícia de que os cartuchos com bolas de gude são fabricados pelos israelenses, que esses projéteis vieram lacrados e foram originalmente vendidos à Venezuela.

Trata-se de uma cadeia de mentiras que termina enfurecendo ainda mais os mobilizados e a população em geral. Já

nada do que diz ou faz o Governo é levando em conta pelas pessoas sérias e, nas redes sociais, os “memes”, cada vez mais contundentes, estão na ordem do dia, zombando dos personagens mais proeminentes dos círculos governamentais. As massas mobilizadas perderam o medo da autoridade e sabem que uma das condições da vitória é a unificação da luta em torno das reivindicações mais gerais.

O governo perdeu toda a credibilidade e, a cada dia, se encontra mais pressionado pelas marchas e bloqueios. No caso do conflito da UPEA, o Ministro Rada pretende utilizar a FEJUVE e a COD oficialistas para quebrar o movimento, convocando negociações; essas medidas já estão fadadas ao fracasso, porque os manifestantes não caem nessa armadilha oficial, e declaram como traidores os dirigentes que se prestam às manobras do oficialismo.

O Governo, devido à sua incapacidade para atender às exigências das massas, não tem outro caminho que não acentuar uma brutal política de repressão para conter os manifestantes, que todos os dias questionam o destino do poder político. Existem denúncias de que o Governo não só irá recorrer às forças repressivas oficiais (polícia e exército), como também estaria afanosamente armando e treinando forças paramilitares, como grupos de choque, que podem cometer assassinatos nas ruas, de maneira impune.

Todos os aspectos apontados nos aproximam das características de uma situação revolucionária, que pode desembocar em caminhos extraviados, devido à ausência da política do proletariado. Não é improvável que o acentuado mal estar social termine frustrando as eleições de 2019. Existem rumores de que o oficialismo descartaria oficialmente o processo eleitoral para convocar uma Constituinte, que lhe permita manobras de cúpula para encurralar as massas mobilizadas.

(Extraído do *Jornal Masas* 2.543, periódico do POR da Bolívia)

O Governo, devido a sua incapacidade para atender as exigências das massas, não tem outro caminho que não acentuar uma brutal política de repressão para conter os manifestantes que todos os dias questionam o destino do poder político.

Nicarágua

O sandinismo se desagrega sob o impulso da luta de classes



A Nicarágua enfrenta a mais profunda crise econômica, social e política das últimas quatro décadas, quando a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) se elevou ao poder, impulsionada pelo ascenso revolucionário das massas. Daniel Ortega (FSLN), no poder há mais de 11 anos, agora, enfrenta um levante nacional das massas, mas também da burguesia nacional, apoiada em setores da classe média.

O estopim foi a decisão do governo de aprovar, em 16 de abril, a reforma do Instituto Nicaraguense de Segurança Social (INSS), após meses de negociações com o FMI. A proposta do FMI era a de aumentar as contribuições, a idade de aposentadoria (elevando-a até 60 anos) e os anos de contribuições, porém, acabou aceitando a proposta do governo de “reforma gradual”, de aumento das contribuições, tanto dos patrões quanto dos empregados. Evidentemente, Ortega imaginava que as massas aceitariam a graduação, impossibilitando assim uma reação da oposição patronal.

Segundo o projeto aprovado, os assalariados pagariam 7% (anteriormente, 5%) e os empresários, 22,5% (anteriormente, 19%). Também se aplicava uma redução no pagamento das aposentadorias atuais, passando de 80% do salário na ativa para 70% (redução de 7%). O argumento de Ortega foi o de que a reforma deveria garantir os direitos previdenciários da população mais pobre (os filiados do INSS são apenas 26% da população), “distribuindo os custos” entre toda a população. Assinalou também que a reforma reduziria o déficit de 504 milhões de dólares em reservas cambiais, que despenderia o Estado para sustentar o INSS, evitando assim a quebra do Instituto, que carrega um “déficit estrutural” de US\$ 70 milhões e garantindo sua “sustentabilidade financeira”.

Dois dias depois de assinado o decreto (18 de abril), deflagrou-se um amplo movimento nacional de rejeição à reforma. Sob a reivindicação comum de sua anulação imediata, reuniram-se operários, camponeses, estudantes, direções sindicais opositoras, pequena burguesia urbana (comerciantes, artesãos, profissionais, etc.), Igreja e setores da burguesia nacional.

O governo ordenou uma brutal repressão. A polícia e milícias da Juventude Sandinista atacaram as mobilizações. Fecharam-se jornais e canais de TV. O governo nacional-reformista pretendia, desse modo, esmagar rapidamente os protestos e abortar as tendências de luta.

O contrário se passou. A repressão se agigantou e se radicalizaram os protestos. Milhares enfrentaram a repressão com barricadas, pedras, bombas incendiárias e até armas de fogo. Na primeira semana, tombaram 50 manifestantes, entre estudantes, camponeses, policiais e jornalistas. Até o momento em que publicamos este artigo, continuam desaparecidas 60 pessoas. Inúmeros estabelecimentos comerciais foram incendiados ou destruídos.

Sob a pressão das massas mobilizadas, de um lado, e da burguesia, de outro, o governo propôs discutir a reforma. Mas, os manifestantes e a própria oposição burguesa exigiram que Ortega voltasse atrás. Acuado, anulou o decreto em 22 de abril e permitiu que ingressasse no País a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), para avaliar a situação e apurar “responsabilidades” sobre as mortes.

Ortega acobertou seu recuo sob a justificativa de que “o diálogo é imprescindível (...) para se alcançar a paz”. O certo é que o sandinista teria de avançar ainda mais a repressão e correr o risco de ser derrubado do poder pela oposição burguesa, que aproveitou a crise para se apoiar nas massas. Mas, não foram esses os únicos entraves para manter a reforma em pé. Em 14 de maio, Ortega pretendeu mobilizar o exército contra as manifestações, optando assim pelo esmagamento do levante. “Não temos por que reprimir”, respondeu-lhe o porta-voz do Exército, coronel Manuel Guevara. Os militares se apegaram à Constituição e pediram o “diálogo nacional”, mediado pela Igreja, como a única via de pacificação. A declaração indicou à burguesia que poderia avançar ainda mais contra o governo.

Em fins de maio, foram retomadas as mobilizações. Mais 17 pessoas tombaram. A CIDH acusou o governo de “uso excessivo da força policial”. Prepara uma declaração à OEA, que

servirá para fortalecer a oposição burguesa. Nota-se o quanto grave é a ausência de uma direção revolucionária, capaz de separar os interesses dos explorados dos de seus exploradores.

As “mesas de diálogo” montadas para a “pacificação” do país com a oposição, sindicatos, estudantes e Igreja fracassaram. Em 1º de junho, o governo dos EUA ameaçou Ortega com “graves consequências” se continuasse a reprimir os protestos. Em 3 de junho, foi assassinado um cidadão norte-americano nas manifestações. Com o fato na mão, o imperialismo espera a publicação do relatório da CIDH para acirrar os ataques diplomáticos e montar um cerco à nação oprimida, como vem fazendo na Venezuela.

As massas enfrentam um governo nacional-reformista apodrecido, que pretende sobreviver aplicando as medidas antinacionais e antipopulares, ditadas pelo imperialismo. De forma que, se bem coincidem nas ruas com a reação pró-imperialista, seus interesses e métodos de luta projetam-nas contra o regime burguês em seu conjunto. Isso explica por que o imperialismo, a Igreja e a burguesia nacional têm interesse em resolver rapidamente a crise e evitar que as massas avancem erigindo seu próprio programa.

É nessas convulsivas condições que o nacional-reformismo de origem guerrilheira e popular não mais consegue arbitrar os conflitos entre as classes. Para se elevar ao poder do Estado, apoiou-se na luta revolucionária das massas, porém, para se manter nele, selou uma aliança política com a burguesia, objetivando a “reconstrução nacional”. Com o avanço da desagregação do capitalismo, não há mais espaço para o colaboracionismo. Pelo contrário: a burguesia mundial está em uma brutal e violenta ofensiva sobre as nações oprimidas e contra os explorados. E exige dos governos aplicarem a sangue e fogo medidas que protejam os lucros monopolistas.

Não há dúvida de que a burguesia estava de acordo com que Ortega descarregasse o ataque sobre os explorados. Mas não estava disposta a partilhar do sacrifício. Como bom governo de conciliação de classes, o sandinista procurou mar-



As massas enfrentam um governo nacional-reformista apodrecido, que pretende sobreviver aplicando as medidas antinacionais e antipopulares, ditadas pelo imperialismo. De forma que, se bem coincidem nas ruas com a reação pró-imperialista, seus interesses e métodos de luta projetam-nas contra o regime burguês em seu conjunto.

telar tanto o cravo quanto a ferradura. Porém, acabou assim por municiar as armas da oposição burguesa, francamente pró-imperialista. O sandinismo, com toda sua pompa de passado reformista “anti-imperialista”, conclui como carrasco dos explorados. Desde o momento em que assumiu o poder e manteve a grande propriedade dos meios de produção, passou a exercer a ditadura de classe da burguesia e a se curvar diante do imperialismo.

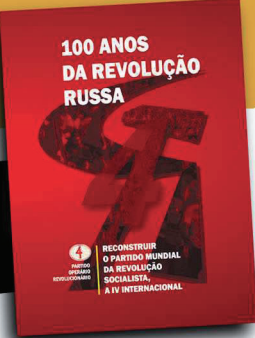
O fundamental da situação colocada está em que vem se montando uma ampla frente burguesa reacionária que objetiva tirar o sandinismo do poder do estado, já que seu ciclo se esgotou. O que torna mais fácil essa tarefa é a ausência de uma direção revolucionária capaz de unificar as massas oprimidas, recuperar as tradições de combate dos explorados nicaraguenses, superar o sandinismo apodrecido e tomar o poder. É nessas convulsivas condições e de profundo atraso que a história coloca mais uma vez ao proletariado a tarefa de construir seu partido marxista-leninista-trotskista. Único instrumento revolucionário, por seu programa, capaz de estabelecer a aliança operária e camponesa e conquistar o poder político, constituindo a sua ditadura de classe (o governo operário e camponês).

Essa tarefa de hoje é a mesma de quarenta anos atrás. Em seu lugar, destacou o movimento pequeno-burguês nacionalista da FSLN. O reformismo, mascarado de anti-imperialista, bloqueou a transformação da revolução democrática em revolução socialista. Teria, portanto, de concluir como traidor dos explorados e agente dos interesses gerais da burguesia. É dessa dura experiência que a classe operária e sua vanguarda acabarão por enfrentar a direita burguesa pró-imperialista, que, no momento, se prepara para varrer o que resta do sandinismo guerrilheiro, que derrotou a ditadura oligárquica da família Somoza.

Que os explorados acabem com os traidores da revolução democrática! Que se libertem de toda política burguesa! Que nicaraguenses aproveitem a dolorida experiência para pôr em pé o partido marxista-leninista-trotskista!

LANÇAMENTO ▶

R\$ 35



ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR:

100 anos da Revolução Russa

RECONSTRUIR O PARTIDO DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA MUNDIAL, A IV INTERNACIONAL

Aprovada resolução na OEA para suspender a Venezuela

Abaixo a OEA, braço do imperialismo na América Latina

Em maio, foram realizadas as eleições presidenciais na Venezuela. Os Estados Unidos as consideraram “ilegítimas”. A oposição burguesa pró-imperialista do país traduziu essa palavra de ordem em boicote eleitoral. Tratava-se, assim, de impedir as eleições, depois de fracassar, em abril de 2017, a tentativa de suspender a Venezuela da OEA. Confirmada a reeleição de Maduro, o imperialismo retomou a ofensiva. O vice-presidente dos Estados Unidos, Mike Pence, foi encarregado de negociar com os governos semicoloniais o conteúdo de uma nova resolução.

Pence informou que faria sua visita diplomática a países de América do Sul, objetivando “*expulsar a ditadura de Maduro*” da OEA. Sua visita à Argentina, Brasil, Peru e Colômbia serviu para negociar os apoios desses países com capacidade de arrastar outros países latino-americanos para concretizar a diretriz do imperialismo. Na Argentina, prometeu interceder junto ao FMI em favor do empréstimo pleiteado pelo governo Macri. No Brasil, colocou a possibilidade de rever as cotas e as tarifas alfandegárias às exportações. Na Colômbia, negociou sua entrada na OTAN. À base de promessas e de pressões abertas, os EUA, finalmente, impuseram seus objetivos e interesses.

A classe operária e demais explorados devem se opor terminantemente a qualquer tipo de intervenção do imperialismo e de seus serviços latino-americanos na Venezuela. Cabe a seu povo julgar o caráter das eleições e a natureza de seu governo.

É nesse contexto que, em 5 de junho, a 48ª Assembleia da Organização de Estados Americanos (OEA) aprovou, por 19 votos a favor (Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Estados Unidos, Honduras, México, Paraguai, Peru e países de Caribe e Centro América), 4 contra (Bolívia, Dominicana, São Vicente e Venezuela) e 11 abstenções (dentre os quais Equador, Haiti, Uruguai e Nicarágua), a resolução que inicia o processo de suspensão da Venezuela da organização. O secretário-geral da OEA, Luis Almagro, festejou sua aprovação como um “*passo chave na luta pela democracia*”. O porta-voz do imperialismo deixou claro que OEA continua sendo um escritório consular para as relações exteriores dos Estados Unidos.

Segundo a resolução, houve na Venezuela uma ruptura “*na ordem democrática*”. De forma que se declaram “ilegítimas” as eleições presidenciais de maio, que deram a vitória a Maduro. E se exigiu que se retorne a “*normalidade constitucional*”, reinstalando a Assembleia Nacional sob o controle da oposição pró-imperialista e realizando novas eleições. Finalizou com a ameaça de aplicação da Carta Interamericana da OEA, que abre uma via às intervenções externas, caso a Venezuela não atenda a essas exigências.

No entanto, a aprovação da resolução não configura ainda um cenário favorável à intervenção externa. É necessário para isso convocar uma Assembleia Geral Extraordinária que deverá aprová-la, com mínimo de 24 votos. Entretanto, tem importância, uma vez que antecipa a saída da Venezuela da OEA por própria decisão, como foi solicitada por Maduro em abril de 2017. A votação que a aceitaria ou não o pedido seria realizada em abril de 2019. Porém, o processo estava “pendente”, disse Almagro. Ou seja, não era intenção do imperialismo pô-la em votação.

Como se vê, a decisão da OEA é uma clara medida intervencionista do imperialismo nos assuntos internos da Venezuela e, certamente, de todos os países oprimidos. O objetivo é forçá-los a abrir suas economias nacionais à penetração monopolista e pôr suas riquezas naturais a serviço dos lucros do capital financeiro. O que se expressa, na política interna desses países, como ofensiva da reação burguesa interna contra os governos nacional-reformistas, que ainda constituem entraves a esses objetivos. Esses devem ser removidos, seja pela via eleitoral ou pela via do golpismo, e ceder passagem às frações burguesas nacionais mais abertamente pró-imperialistas ao comando do Estado.

A classe operária e demais explorados devem se opor terminantemente a qualquer tipo de intervenção do imperialismo e de seus serviços latino-americanos na Venezuela. Cabe a seu povo julgar o caráter das eleições e a natureza de seu governo. Somente a classe operária, sob uma direção revolucionária, tem como encontrar uma solução para o conflito entre a fração burguesa pró-imperialista e a nacional reformista, que possibilitou a conformação do chavismo. A sua vanguarda tem de ser apoiar no princípio da autodeterminação oprimida para constituir uma frente única anti-imperialista, sob a direção do proletariado. O governo de Maduro expressa o esgotamento do nacional-reformismo chavista, de maneira que não tem como quebrar o cerco do imperialismo. A luta do proletariado venezuelano, que se levante como uma força independente do chavismo e combate aberto à fração pró-imperialista, ganhará apoio dos explorados latino-americanos. Em nosso País, rechaçamos a posição da ditadura civil de Temer, que embora afirme que a intervenção militar não é a solução, aventada pelos Estados Unidos, auxilia o imperialismo a caminhar nesse sentido. No Brasil, também está colocada a organização da frente única anti-imperialista.

Fora a intervenção dos Estados Unidos na América Latina!

***Abaixo a OEA, serviço do imperialismo!
Pela autodeterminação das nações oprimidas!***

Governo sandinista sanguinário se alia aos Estados Unidos

A abstenção do governo nacional-reformista da Nicarágua diante da resolução de expulsão da Venezuela da OEA revela até que ponto chegou a sua decomposição. Alvo de uma ofensiva imperialista para removê-lo do comando do Estado, o sandinismo preferiu trair seu parceiro econômico e principal fonte de recursos vitais (a exemplo do petróleo) para negociar sua permanência no poder. Não por acaso, foi noticiado que, na mesma assembleia em que se votaria a resolução contra Venezuela, poderia ser votada uma condenação do governo sandinista pela matança de manifestantes contrários à reforma da previdência. Havia ameaça de levar até a Corte Penal internacional a investigação pelas mortes durante os protestos nesse país. O sandinismo negociou a “Declaração de apoio ao povo de Nicarágua”, apresentado pelos EUA, que foi aprovada por unanimidade, depois de eliminar do texto original a responsabilidade do governo sandinista pela repressão.

Assim, o governo de Daniel Ortega vendeu sua abstenção, uma vez que seria vergonhoso o apoio aberto aos Estados Unidos, que promoveram no passado a guerra contrarrevolucionária ao movimento sandinista. A sua abstenção é uma covarde traição não apenas à nação oprimida venezuelana, mas também à própria Nicarágua. É bom lembrar que os Estados Unidos utilizaram a OEA para condenar, cercar e combater a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN). Procuraram usar a Costa Rica para organizar uma força de intervenção. Com o avanço da revolução, o governo norte-americano pressionou a ditadura oligárquica de Anastasio Somoza a renunciar, em julho de 1979. A tentativa de democratizar por cima, mudando formalmente o comando do Estado, para evitar a insurreição popular, impulsionada pelo assassinato de um dos principais líderes da oposição burguesa, Pedro Chamorro, em 1978, fracassou. Os explorados atenderam à ofensiva geral da guerrilha, lançando-se à greve geral, em junho de 1979. Um mês depois, os sandinistas tomaram o poder. A contrarrevolução se organizou com o apoio dos Estados Unidos, formando a guerrilha dos “Contras”.

É importante essa síntese histórica porque demonstra a luta heroica dos sandinistas, que se constituíram em 1961 e percorreram por quase duas décadas um feroz e sangrento combate à ditadura pró-imperialista da família Somoza. A abstenção que, agora, o governo de Daniel Ortega, principal líder a FSLN, fez diante da resolução intervencionista da OEA na Venezuela é uma traição aos que morreram combatendo o imperialismo.

O fundamental está em buscar a raiz de tamanha traição. O sandinismo, por seu programa e por sua ideologia, se constituía como um movimento nacionalista pequeno-burguês radical. Inspirou-se no nacionalismo de Augusto César Sandino, que travou a luta anti-imperialista, pela expulsão dos marines norte-americanos e independência da Nicarágua. Também é necessário lembrar que Sandino e muitos de seus companheiros foram assassinados a mando do ditador Somoza, que tomou o poder em 1936. A tomada do poder pela FSLN, em 1979, apenas iniciou a revolução democrática pela independência nacional, pelo fim dos latifúndios e pela terra aos camponeses. Ao mantê-la nos marcos do ca-

pitalismo semicolonial, o nacionalismo sandinista evidenciou sua debilidade já de início. Recorreu à constituição de um governo de “Reconstrução Nacional”, que incluía representantes da burguesia. Os Estados Unidos armaram os “Contras”. A revolução não avançou no campo. A grande propriedade dos meios de produção permaneceu nas mãos da burguesia. Incentivou-se a ilusão na democracia burguesa. Assim, os sandinistas abriram o caminho para o fortalecimento da oposição burguesa, que trabalharia em favor do restabelecimento dos laços com o imperialismo. Os sandinistas perderam o poder por meio de eleições e o retomaram pelo mesmo caminho, já em profunda decomposição.

O governo atual de Daniel Ortega, que esmagou a sangue a revolta contra a reforma da previdência e que acabou apoiando

A abstenção do governo sandinista é uma covarde traição não apenas à nação oprimida venezuelana, mas também à própria Nicarágua.

os Estados Unidos contra a Venezuela, resume os retrocessos que os sandinistas sofreram a partir do momento em que ocuparam o poder do Estado e mantiveram a ditadura de classe da burguesia sobre a maioria oprimida.

Esse acontecimento é mais um exemplo, dentre muitos, da crise de direção por que passa o proletariado mundial. No momento em que os sandinistas chegavam ao poder, a revolução cubana se encontrava em perigo pela adaptação do castrismo às pressões mundiais do imperialismo e, nos anos de 1990, a União Soviética desabava. Sem a organização mundial do proletariado, a restauração capitalista abria caminho ao livre avanço do imperialismo. O sandinismo, por ser nacionalista, teria de inevitavelmente de se passar de força revolucionária a contrarrevolucionária. O proletariado nicaraguense está obrigado a fazer esse balanço e pôr em pé o seu partido marxista-leninista-trotskista.

R\$5



A crise na península da Coreia

Adquira com o distribuidor de Massas:



POR

Partido Operário Revolucionário

MASSAS

80 anos da IV Internacional

Publicamos uma síntese do livro sobre a Perestroika, de Guilherme Lora. Embora tenha sido escrito há vinte e oito anos atrás, continua sendo uma referência programática para responder ao avançado processo de restauração capitalista na ex-União Soviética, inclusive na China. Recorremos a esse escrito como um documento que deve fazer parte da campanha marxista-leninista-trotskista dos 80 anos da IV Internacional, a ser cumprido em setembro.

Atualidade programática do livro “A contrarrevolucionária perestroika - Derrubada da burocracia estalinista”

O livro, escrito por Guilherme Lora, em 1990, constitui um marco da elaboração marxista para compreender o conteúdo e percurso da política estalinista, que avançaria a restauração capitalista na Rússia e nos ex-Estados operários. A Perestroika foi, segundo Lora, o passo mais decisivo no caminho da completa destruição dos alicerces econômicos sobre os quais se cimentou o primeiro Estado Operário e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Segundo Gorbachev, a Perestroika devia ajudar a “*cooperação e convivência pacíficas com o capitalismo*”, criar uma “nova ordem mundial” baseada na “cooperação” e “emulação” pacífica entre socialismo e capitalismo, desenvolver a indústria socialista de acordo aos processos de gestão e administração “mais competitivos” e alargar a democracia política dentro do país e dos organismos das massas. Lora demonstrará a falsidade dessas afirmações.

No que diz respeito à “*cooperação e convivência pacíficas com o capitalismo*”, Lora demonstrará que a ameaça de guerra permanente entre o imperialismo e a URSS decorria da vigência dos antagonismos entre países capitalistas e países socialistas. Não por acaso, o imperialismo pretendia avançar a colonização da URSS, destruindo a economia estatizada e o monopólio do comércio exterior, abrindo as fronteiras à livre penetração do capital financeiro.

Está aí por que o dirigente do POR da Bolívia caracteriza a Perestroika como a política contrarrevolucionária da burocracia estalinista. Tratava-se de medidas que estabeleciam as bases econômicas da restauração capitalista, portanto, socavava os cimentos da propriedade estatizada e criava os da propriedade privada. É o caso das chamadas “empresas mistas”, que combinam o capital privado e o estatal na gestão e exploração de diversas indústrias, o que permitiria o imperialismo avançar o controle da economia interna.

No entanto, isso não significava que fosse destruído o rígido controle ditatorial da burocracia sobre a vida interna do país e sobre as relações econômicas entre “empresas mistas” e o Estado. Lora demonstra que a burocracia estalinista usava o controle sobre o processo de abertura econômica para melhor defender “*seu poder e sua própria sobrevivência*”.

A medida que garantiria esse controle burocrático seria a Glasnost. A burocracia a apresentava como uma medida de “*democratização*” e “*liberalização*” da vida social e política. Lora demonstra que não servirá ao objetivo de democratizar a vida interna do partido, do Estado ou dos organismos das massas, uma vez que era “*um instrumento da alta burocracia para impor sua política contrarrevolucionária*”.

Essa constatação terá especial importância quando Lora analisa a “natureza da burocracia”. Explica que o estalinismo “*é um fenômeno histórico e social*”. O fundamental, porém, estava em que sua existência constituía a prova viva de que na URSS não se tinha realizado o socialismo. Isso porque a economia estatizada não havia chegado ao ponto da apropriação social. Nesse sentido, a sobrevivência e gigantismo da burocracia constituíam a negação do socialismo. Lora a caracteriza como “*excrescência social do estado operário degenerado*”. Ou, mais precisamente: como um órgão que se apoia sobre as necessidades sociais, mas se eleva por cima delas, “*superando sua função social*” e convertendo-se, assim, em um “*fator autônomo*”. De forma que a burocracia estava obrigada a

exercer ditatorialmente o monopólio do governo para continuar a usufruir das vantagens de casta parasitária.

Contrapondo-se às correntes que afirmavam que a Glasnost poderia abrir uma via à revolução política, ou àquelas que diziam que a ala “reformista” representada por Gorbachev permitiria avançar a “*democracia proletária*”, Lora afirma que o “*governo russo continua a ser ditatorial e autoritário*”. O essencial, porém, estava em que, apesar dos grandes avanços da restauração capitalista promovida pela Perestroika e da burocracia constituir “*um instrumento direto do imperialismo*”, a ditadura proletária degenerada pelo estalinismo continuava existindo na Rússia, embora “*reduzida a essa caricatura lamentável*”.

Segundo explica, “*A burocracia estalinista se nutre (...) da economia dos Estados operários que se levantaram sobre a base da propriedade estatizada, da economia planificada e do monopólio do comércio exterior nas mãos do Estado, por isso, apesar de sua política contrarrevolucionária, que se concretiza nos obstáculos que ergue para frear o desenvolvimento das forças produtivas, isso porque não tira todas as vantagens possíveis dos métodos socialistas de governo, defendeu até certo ponto essas conquistas*”. Essa particular relação da burocracia com a base econômica criada pela revolução proletária constitui na sua análise o fundamento do “papel dual” e “contraditório” que aquela tem no processo restauracionista. De forma que, se bem que a burocracia constituía “*um órgão burguês no seio do Estado operário*”, impulsionando um profundo retrocesso no processo revolucionário, esse nunca chegaria “*até o ponto de partida da revolução*”.

Finalmente, é bom destacar que Lora caracteriza a Perestroika como o passo mais atrevido e decisivo na restauração. Reflexo da profunda degradação e decadência da burocracia estalinista. Situação que nem Trotsky poderia prever quando a burocracia “*chegaria ao extremo de se converter no instrumento consciente e direto da destruição dos fundamentos econômicos do Estado operário*”. Mas, isso não significa que ela já tenha se convertido diretamente em um “*instrumento de um governo burguês*”.

Essa definição exigia traçar uma linha divisória entre a burocracia capitalista e a burocracia estalinista. Lora chama a atenção de que, apesar de compartilhar inúmeros traços comuns, suas constituições históricas e bases econômico-sociais são distintas. Eis: “*De uma maneira geral, a burocracia é uma criatura da classe dominante, atua a seu serviço e sob o seu controle. No caso dos Estados operários degenerados, o problema é particular. Trata-se de que a burocracia nascida das entranhas da classe operária e de sua vanguarda revolucionária arranca o aparelho do Estado e do partido das mãos do proletariado, para estrangulá-lo a serviço da contrarrevolução*”. Não por acaso, rejeita caracterizá-la como classe social, como fizeram inúmeros revisionistas.

Finalmente, Lora explica que para restaurar o capitalismo na Rússia é necessário “*derrubar as antigas formas de propriedade*” e que, na Rússia, não “*há lugar para a revolução social*”, enquanto a restauração não concluir com a reestruturação da classe burguesa e a reconstituição plena do Estado capitalista. Tratava-se, então, do proletariado consumir a *revolução política*, derrubando a burocracia do poder do Estado, retomando o controle e direção sobre a economia, o aparelho do Estado e seus organismos de massa.

História do Partido Bolchevique

Capítulo 4: 1917, a revolução proletária

Terceira parte

O VI Congresso

Entre 26 de julho e 3 de agosto, reuniu-se o VI Congresso do partido, clandestinamente. A imprensa burguesa exigia a prisão de todos os delegados. Lênin estava escondido na Finlândia. Trotsky e outros revolucionários foram presos alguns dias antes do Congresso. Participaram 157 delegados com voz e voto e 128, com voz, representando 240 mil membros.

Nesse congresso, foi aprovada a integração de várias organizações ao partido, entre as quais a mais importante foi a dos interdistritais, dirigida por Trotsky. Ele devia dar o informe da situação política, o que não foi possível devido à sua detenção. Em seu lugar, foi Stalin quem o fez, expondo as teses de Lênin.

Aprovou-se a plataforma do partido: expropriação das terras dos latifundiários e nacionalização de toda a terra do país, nacionalização dos bancos, nacionalização da grande indústria, controle operário sobre a produção e distribuição.

A deliberação fundamental do Congresso foi a definição de que o “período pacífico da revolução havia terminado” e, portanto, o que estava na ordem do dia era a preparação da insurreição armada. O Manifesto aprovado pelo VI Congresso chamava os operários, soldados e camponeses a prepararem suas forças para os confrontos decisivos com a burguesia.

O Estado e a Revolução

Entre agosto e setembro de 1917, Lênin escreveu “O Estado e a Revolução”, folheto que sintetiza a *concepção marxista* sobre o Estado. Nesta obra, Lênin começou polemizando com os revisionistas que consideravam o Estado como sendo um órgão de *conciliação de classes*. Para Marx e Engels, o Estado é um produto histórico, a confirmação de que a sociedade “está dividida por antagonismos irreconciliáveis”, “um poder localizado aparentemente acima da sociedade e chamado a amortecer o choque, a mantê-los nos limites da ‘ordem’”. Em síntese, um órgão de dominação e opressão de classe, o monopólio da violência pela classe dominante. Por isso, um traço característico é “a instituição de uma força pública que já não é o povo armado”.

Na sequência, Lênin prosseguia mostrando que a democracia burguesa era “o melhor invólucro político para o capitalismo”. Esse invólucro se fundamenta no poder da riqueza (com a corrupção de funcionários, de um lado e, com o vínculo entre o governo e as Bolsas, de outro), de modo que não lhe afeta “nenhuma mudança de pessoas, instituições, nem de partidos, dentro da república democrática burguesa”.

Analisa as tergiversações acerca da concepção de Marx e Engels a respeito da *extinção* do Estado, assinalando que o proletariado deve destruir o aparato do Estado burguês, por meio da violência revolucionária. A *extinção* do Estado se refere ao Estado operário, que deixará de ser necessário conforme *desapareça* a sua base material, isto é, a existência da diferenciação em classes na sociedade.

Lênin destacava, particularmente, a reivindicação da violência como parte da história, concluindo que “a necessidade de educar sistematicamente as massas nessa, precisamente nessa a ideia da revolução violenta, é a base de *toda* a doutrina de Marx e Engels”.

Finalmente, colocava a defesa da ditadura do proletariado, como transição para completar a abolição de todas as classes e para uma sociedade sem classes. Defendia que “somente o proletariado pode ser o dirigente de *todas* as massas trabalhadoras e exploradas ... o que leva necessariamente ao reconhecimento da *dominação política* do proletariado, de sua ditadura”. Para Lênin, “quem reconhece apenas a luta de classes ainda não é marxista ... Marxista somente é aquele que torna extensivo o reconhecimento da luta de classes ao reconhecimento da *ditadura do proletariado*”.

A rebelião de Kornílov

Em 12 de agosto, começou a Conferência de Estado convocada pelo governo provisório, da qual participaram os representantes dos latifundiários, da burguesia, os generais, os oficiais e os cossacos. Kerensky ameaçou esmagar a sangue e fogo qualquer tentativa revolucionária, preocupado particularmente com as ocupações de terras pelos camponeses. O general Kornílov pediu que se suprimissem os comitês e os soviets.

Em 25 de agosto, Kornílov enviou a Petrogrado o terceiro corpo de cavalaria. Numa carta ao Comitê Central, Lênin afirmou que se tratava de uma brusca virada nos acontecimentos e que era necessária uma revisão e mudança de tática. Chamou a ser mais cuidadoso para não *abandonar os princípios* em duas questões fundamentais: em primeiro lugar, não realizar nenhum bloco com os defensistas (“somente seremos defensistas depois que o poder passar ao proletariado e propusermos a paz”), em segundo lugar, não se deve apoiar Kerensky.

Lênin defendia que era necessário lutar “*contra Kornílov exatamente como fazem as tropas de Kerensky, mas nós não apoiamos Kerensky. Pelo contrário, nós desmascaramos sua debilidade ... Mudamos a forma da nossa luta contra Kerensky. Sem afrouxar um ápice nossa hostilidade contra ele, sem retirar uma única palavra dita contra ele, sem renunciar à tarefa de derrubar Kerensky, afirmamos: há que levar em consideração a situação atual. Não vamos derrubar Kerensky agora ... Agora é o momento de agir; a guerra contra Kornílov deve ser levada a cabo de modo revolucionário, atraindo as massas, levantando-as, inflamando-as (Kerensky teme as massas, teme o povo). Na guerra contra os alemães, precisamente agora, é necessário agir: há que propor a paz imediata e absoluta sobre a base de condições precisas*”.

O Comitê Central fez uma convocação aos operários e soldados para organizarem-se, armarem-se e enfrentarem a contrarrevolução. Multiplicaram-se os destacamentos dos guardas vermelhos, os sindicatos mobilizaram seus filiados, as unidades revolucionárias das tropas se prepararam para o combate. Abriam-se trincheiras e levantaram as estradas de ferro em torno de Petrogrado. De Kronstandt, chegaram milhares de marinheiros armados para a defesa da capital.

A revolta de Kornílov foi derrotada pelos operários e soldados, que seguiam as ordens dos bolcheviques. Os soviets se reanimaram e ficou claro que as forças da revolução estavam vivas e que somente os bolcheviques podiam tocar a luta para frente.

(Extraído do *Jornal Massas*, nº 336, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)



Apontamentos sobre a História do Partido Bolchevique

No Jornal Massas 566, iniciamos a exposição do “Informe sobre o Congresso de Unificação do POSDR”, redigido por Lênin. Dada a extensão, tratamos apenas de dois pontos:

1) o problema agrário; 2) avaliação da situação revolucionária e das tarefas de classe do proletariado. O Informe de Lênin consta dos seguintes pontos: I) composição do Congresso; II) eleição da direção. Ordem do dia do Congresso; III) o problema agrário; IV) Informe sobre o Congresso de Unificação do POSDR; V) atitude diante da Duma do Estado; VI) a insurreição armada; VII) final do Congresso; VIII) balanço do Congresso.

Do primeiro ponto, tomamos apenas os dados sobre a composição do Congresso e, quanto ao segundo, não vimos relevância para essa exposição. Comentaremos, agora, o quinto ponto, a atitude diante da Duma do Estado.

Lênin assinala o caráter retórico e abstrato da exposição do menchevique Axelrod sobre a questão da Duma. Ocorre que sua posição pendia a realizar acordos eleitorais com o partido liberal dos Kadetes. As formulações sobre o parlamentarismo em geral e sobre o papel progressivo das instituições representativas escondiam a concretude da Duma (Parlamento russo), controlada pelo czarismo e seus aliados contrarrevolucionários. Axelrod pretendia que o Congresso aprovasse uma falsa caracterização da organização parlamentar montada pelas forças que se uniam para barrar o avanço da revolução democrática e, em consequência, uma tática de aliança com o principal partido da burguesia. Lênin ataca esses dois pilares da linha pretendida pelos mencheviques. Mostra que a fundamentação de Axelrod era de que um bloco com os Kadetes era natural nas condições de existência do parlamento, desde que fosse exposto “com franqueza às massas”.

O período de fevereiro a abril de 1906 estava marcado pelo antagonismo do proletariado e do campesinato com a monarquia. O reconhecimento dessa situação era fundamental para estabelecer a tática diante da I Duma. Axelrod, segundo Lênin, atenuava as contradições de classe para desenvolver a tese “de um ideal acordo público com os Kadetes”. Lênin traz a discussão para o plano concreto da situação do início de 1906, que ainda refletia os profundos choques que se desenvolveram em 1905. Destacou quatro pontos básicos da divergência:

- 1) “Os mencheviques não formularam nenhuma avaliação das eleições”. Ocorre que, no momento em que se realizava o Congresso, as eleições já haviam se passado “nas nove décimas partes da Rússia”. Axelrod desconhece esse fato. Isso por que obrigaria os mencheviques a exporem sua conduta política concreta. Lênin, ao contrário, apresenta os dados que mostram “que, em uma enorme quantidade de localidades da Rússia, participar nas eleições foi apoiar os Kadetes”. Explica que, “nos fatos, essa não foi uma política socialdemocrata”. Axelrod desconheceu a análise de Lênin sobre as eleições, uma vez que testemunhava contra suas teses.
- 2) “Os mencheviques, em todo texto de sua resolução, tomam ou interpretam a Duma somente como uma instituição jurídica, não como um órgão que expressa a vontade de determinados elementos da burguesia, nem como um órgão a serviço dos interesses de determinados partidos burgueses. Os menchevi-

ques falam em sua resolução de uma Duma em geral, da Duma como ‘instituição’, da Duma como representação ‘pura’ do povo. Esse não é um método marxista de raciocínio (...) Não é materialista, mas sim idealista, no pior sentido da palavra; não é proletário, de classe, mas sim pequeno-burguês e diluído”. Havia ainda que esclarecer que “os Kadetes vacilam entre a tendência a se apoiar no povo e no temor da independência revolucionária do mesmo”. Sua ação, em última instância, procura debilitar o ascenso revolucionário das massas.

- 3) “A resolução dos mencheviques não estabeleceu uma clara diferenciação entre os democratas burgueses do ponto de vista da tática do proletariado. O proletariado deve marchar, em certa medida, com os democratas burgueses ou melhor ‘marchar em separado e golpear juntos’”. Os mencheviques iam em direção aos Kadetes. Os bolcheviques viam nos camponeses os democratas revolucionários a luta contra o czarismo. Tratava-se da aliança operária e camponesa. Era preciso, portanto, determinar que força social poderia ajudar, naquele momento, o proletariado a impulsionar a revolução democrático-burguesa. A resolução apresentada pelos bolcheviques não apenas tinha o camponês revolucionário como a força aliada, como postulava o “desmascaramento socialista de toda a democracia burguesa”, inclusive a concebida pelos “democratas revolucionários e camponeses”.
- 4) Nesse ponto, a divergência se deu em torno do controle do partido sobre as candidaturas. O que havia ocorrido é que “a maior parte do proletariado com consciência de classe não havia participado nas eleições”. Lênin pergunta: “O partido pode garantir que a eleição dos candidatos foram realizadas verdadeiramente pelas organizações do partido? O fato era que o partido não havia determinado candidaturas próprias. Não por acaso, os mencheviques votaram contra uma emenda que exigia que os candidatos socialdemocratas à Duma “fossem designados pelas organizações operárias locais”. Para os bolcheviques, a intervenção nas eleições exigia total controle sobre as candidaturas. Finalmente, Lênin chama a votar em uma emenda dos caucasianos, que determinava participar nas eleições nos lugares que ainda não tinham sido realizadas, “mas sem constituir blocos com outros partidos”. Avalia que “a proibição de formar blocos, de contrair acordos com outros partidos, tinha, sem dúvida, uma importância política muito grande para o partido”.

Como já expusemos, anteriormente, as divergências em torno da insurreição armada, citaremos algumas passagens do balanço de Lênin. Eis: “A emenda de Plekanov pôs em evidência a linha fundamental dos mencheviques quanto à insurreição: encontrar pretextos para adiar a insurreição, renegar a insurreição de dezembro, descartar a ideia de uma segunda insurreição, invalidar seus objetivos ou defini-los de tal modo que, para cumpri-los não era necessário pensar em uma insurreição”. (...) “No Congresso, a resolução dos mencheviques sobre a insurreição foi denominada ‘resolução contra a insurreição armada’”. Lênin conclui seu balanço exigindo a aplicação do centralismo democrático. Embora em minoria, os bolcheviques triunfaram quanto à “tarefa imediata do movimento de arrancar o poder do governo autocrático”.

(As citações foram extraídas das Obras Completas, Lênin, vol. X)